

Este encontro é uma das ações que integram o PROJETO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, apresentado pela SME - Rio de Janeiro ao MEC, e que originou o Convênio 610/96, destinando recursos a essa área de educação.

S.F.
1996
==

"Nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais, não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados"

Paulo Freire

"Sei que não tenho asas, mas sou um grande voador..."

Babilônia

(Humberto de Jesus dos Santos, ex-aluno do PEJ / CIEP Luiz Carlos Prestes)

Marlene Candida C. Gomes

S E T
quarta-feira

17h - CREDENCIAMENTO

18h - PAINEL I

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALFABETIZAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS**

MEC - Representante

**SME - Olinda / PE - Profª Guiomar Albuquerque
Barbosa - Departamento de Educação de Jovens e
Adultos**

**SME - Porto Alegre / RS - Profª Odete Antônia Bresolin
- Coord., do SEJA - Serviço de Educação de Jovens e
Adultos**

**Coordenador da Mesa e representante da SME-RJ:
Diretor do E/DGED - Profª Cláudio Dutra Gonçalves**

SET
quinta-feira

18h às 20h - PAINEL II

**FORMAÇÃO DO EDUCADOR: DILEMAS E
PERSPECTIVAS**

**Paulo de Tarso- Curso de Formação de Professores na
área de Educação de Jovens e Adultos do E-IE.**

**Edméa Nunes Salgado- Prof^o Assistente - UERJ -
Especialista na área de Educação de Jovens e Adultos e
Formação Profissional.**

**Rute Rios- Pesquisadora e educadora de adultos SAPE
Serviço de apoio à Pesquisa em Educação.**

**Coordenadora de Mesa: Diretora da DEF - Prof^a Lígia
Seródio Portes**

20h às 22h - SALAS

**1- A MATEMÁTICA NA ALFABETIZAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS**

**Luiz Antônio Garcia - Prof^o de Matemática,
atualmente trabalhando na FESP**

**Ementa: A "Matemática do Cotidiano" no
desenvolvimento das atividades escolares. A
organização de conhecimentos dispersos e desordenados
e a sistematização de informações trazidas pelos alunos.**

**2- CIDADANIA NA ESCOLA: PROFESSORES E
ALUNOS ENSINANDO E APRENENDO UMA
MESMA LIÇÃO**

**Moema de M. Valarelli - Coordenadora do Núcleo da
Ação da Cidadania / IBASE**

**Ementa: Partindo dos princípios que norteiam a Ação
da Cidadania, propomos um debate sobre o papel da
escola na construção de uma sociedade mais justa e
democrática. Como criar um ambiente em que
democracia e cidadania sejam práticas constantes em
sala de aula.**

3- NÍVEIS E CONTEÚDOS DE ALFABETISMO ADULTO: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA NACIONAL.

Profª Maria do Socorro Calhau - Pesquisadora integrante do Projeto de Pesquisa de Convênio FUC/MEC sob a coordenação do Prof José Carmelo de Carvalho

Ementa: Apresentação de instrumentos criados para diagnosticar níveis de alfabetismo adulto nas diferentes áreas de conhecimento, de modo a apontar estratégias adequadas à atuação dos educadores.

4- UMA PROPOSTA CURRICULAR PARA O PRIMEIRO SEGMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A ÁREA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Cláudia Lemos Vóvio - Assessora da Área de Educação de Jovens e Adultos da Ação Educativa - SP

Ementa: A proposta curricular elaborada pela equipe da Ação Educativa. A partir de produções de alunos nos estágios iniciais da alfabetização serão enfatizadas opções que orientam a área de LP.

S E T
sexta-feira

18h às 20h - PAINEL III -

**LER E ESCREVER: UMA PAIXÃO A
APRENDER**

Profª Maria Aída Bezerra Costa - Educadora /
Pesquisadora integrante do SAPÉ participante de fóruns
de debates Latino-Americanos sobre Educação Popular

Profª Eliana Yunes - Doutora em Letras - PUC / RJ

Coordenadora da mesa: Supervisora do Projeto
Programas Sociais - Profª Cristina Faber

20h às 22h - SALAS

5 - TRABALHO E ESCOLA

Profª Maria Rosilene Barbosa Alvim - Antropóloga,
Profª Adjunta do IFCS - UFRJ Coordenadora do
Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Infância e
Juventude - IFCS/UFRJ

Ementa: Jovens e Adultos das classes populares e o
mundo do trabalho. O mercado de trabalho e o papel da
escola na formação desse novo trabalhador.

**6- TRAJETÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS NO MEIO RURAL E
URBANO**

Grupo ATO - Alfabetização em Trabalhos e Oficinas
da Escola Senador Correia. Educadores do Movimento
Popular de Alfabetização de Jovens de Campos dos
Goytacazes

Ementa: Debate entre duas experiências alternativas,
confrontando a teoria e prática.

**7- PEJ: CONSTRUINDO A CIDADANIA DE
JOVENS E ADULTOS**

Equipes dos CIEP Min. Gustavo Capanema e CIEP
Graciliano Ramos

Ementa: Relato de experiências bem sucedidas - a construção do conhecimento numa abordagem interdisciplinar.

8- AVALIAÇÃO: UM PROCESSO COMPARTILHADO

Maria Cândida Caetano Gomes - Profª de História da Rede Municipal - Educadora de Jovens e Adultos - Espaço IPÊ - Investigação e Pesquisa em Educação - IBISS

Ementa: Participar, decidir, transformar coletivamente. O cotidiano permeando as mudanças necessárias. **Avaliação:** uma atitude para além do ler e escrever, em favor da conquista da cidadania.

I Encontro de Educação de Jovens e Adultos

PAINEL I - Políticas Públicas de Alfabetização de Jovens e Adultos

Profª Odete Antonia Bresolin - Coordenadora do SEJA - Serviço de Educação de Jovens e Adultos - SME Porto / RS

SEJA - A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES NA ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE PORTO ALEGRE

O trabalho que apresentamos tem sido desenvolvido pelo SEJA Serviço de Educação de Jovens e Adultos, da Secretaria Municipal de Educação da Administração Popular de Porto Alegre.

Pretendemos abordar as suas origens, sua história, o processo democrático de construção de currículo de uma escola para os trabalhadores.

Suas bases políticas-pedagógicas, estão respaldadas em cinco rupturas fundamentais: alfabetização é direito; conceito de alfabetização, currículo interdisciplinar; escola para os trabalhadores; formação dos professores que procuramos explicitar na nossa fala.

Ao considerarmos que o aluno a quem esta escola se destina é um trabalhador, os pressupostos metodológicos tem que responder ao que ele busca nesta escola, um complemento na construção da reflexão da sua prática social.

Os princípios políticos e pedagógicos que foram definidos em 1990, procuram refletir, em três eixos, os aspectos políticos, psicológicos e pedagógicos, que são sintetizados na construção da autonomia moral.

Dentro da visão da avaliação emancipatória, construímos algumas categorias que melhor explicitam os processos por que passamos todos, alunos, professores, sistema.

A abordagem que damos, tanto na organização do ensino como das aprendizagens, tenta superar a organização do currículo da escola regular e tradicional, fundada sobre as concepções básicas do ideário da Educação Popular e do Construtivismo Interacionista: Interdisciplinaridade, formação do senso crítico e o aluno como ser presente.

Paulo Freire, em Pedagogia do Oprimido, ao dizer "A consciência e o mundo não se estruturam sincronicamente numa estática consciência do mundo: visão e espetáculo. Essa estrutura funcionaliza-se diacronicamente numa história. A consciência humana busca comensurar-se a si mesma num movimento que transgride, continuamente todos os seus limites, totalizando-se além de si mesma, nunca chega a totalizar-se inteiramente, pois sempre se transcende a si mesma", sintetiza esta experiência.

Para concluir explicitaremos como se estrutura este curso, numa primeira etapa dá conta da alfabetização e, na segunda etapa possibilita a conclusão do Ensino Fundamental.

I Encontro de Educação de Jovens e Adultos

Painel I - "Políticas Públicas de Alfabetização de Jovens e Adultos"

Prefeitura Municipal de Olinda

Secretaria de Educação

Prof.^a Guiomar Albuquerque Barbosa

Inserindo-se no movimento internacional e nacional pela construção da escola competente, através da universalização da satisfação das necessidades básicas de aprendizagem com qualidade, Olinda, Cidade Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade. Consagrou-se PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS (1994-2004) como instrumento orientador de suas ações no setor de escolarização, a fim de consolidar o seu Sistema de Educação Popular, tomando como fonte inspiradora de toda a aprendizagem sua história e cultura.

Mesmo sabendo que o Plano Decenal Municipal de Educação busca entre tantas metas e compromissos assumidos, superar os limites em que caiu a escola pública, ainda assim, a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores necessita de uma política educacional que revele o compromisso do governo em assegurar recursos necessários para o seu custeio e manutenção, bem como contribua na construção, apropriação e aplicação de conhecimentos que respondam, com pertinência e eficácia, às necessidades da vida, trabalho e participação sócio-cultural-política do aluno jovem/adulto trabalhador, conforme as exigências do mundo contemporâneo.

Com a implantação desse Plano Decenal Municipal, nos animamos, mais uma vez, a enfrentar dois grandes desafios: a erradicação do analfabetismo e, o atendimento às necessidades básicas de aprendizagem dos jovens e adultos trabalhadores.

Visando assegurar a escolarização da população de 15 anos e mais, com quantidade, inserindo-a organicamente no Sistema Escolar de Educação Popular de Olinda e contribuindo para a construção de sua identidade própria, o Governo da Cidade de Olinda, em seu Plano de Gestão Democrática, consagra a necessidade de universalizar a escola com a absorção de toda demanda de crianças, jovens e adultos de Olinda e explicita a sua opção político-pedagógica tanto pela vinculação da Educação escolar e extra-escolar ao trabalho, à produção, à profissionalização dos educandos, exercício de sua cidadania pela consciência dos problemas atuais e sua atuação organizada que deve o processo pedagógico estimular.

A política educacional do município de Olinda elege entre as suas políticas, a educação de Jovens e adultos na perspectiva da formação de sua cidadania buscando contribuir para a construção da identidade/especificidade da referida modalidade educativa. Nesse sentido, algumas experiências vem sendo vivenciadas e obtendo resultados bastantes positivos. Entre estas podemos citar:

1- CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - CEJA

O CEJA caracteriza-se por uma proposta de formação inicial e continuada de jovens e adultos oferecendo um acompanhamento sistemático e permanente ao aluno até a conclusão do Ensino Fundamental.

Atualmente conta com um quadro de 20 professores-alunos e 600 alunos-trabalhadores, na faixa etária entre 14 e 60 anos de idade, tendo um percentual acentuado na faixa de 14 a 25 anos.

Em decorrência da característica da proposta em desenvolvimento 5 projetos estão sendo implantados. É em torno do projeto 1 - Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem de Jovens e Adultos que os demais projetos ganham significado. Suas ações destinam-se a garantir aos jovens e adultos a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem promovendo o desenvolvimento de um currículo integrado por 4 Blocos de Aprendizagem. Cada nível de escolaridade está sendo construído em torno de unidades didáticas necessárias ao cumprimento dos objetivos dos módulos pedagógicos, que norteiam a metodologia básica do Centro de Educação de Jovens e Adultos.

11 - PROJETO ESTUDANTES ALFABETIZADORES

O Projeto Estudantes Alfabetizadores é desenvolvido em parceria pela Secretaria de Educação de Olinda, o Instituto Arnaldo dos Coelho e Movimento de Educação de Base

O Projeto conta com a participação de 50 alunos, concluintes da 8ª série das escolas da rede municipal de ensino. Estes estudantes, na comunidade onde residem, "adotam" jovens e adultos e/ou adultos que não sabem ler nem escrever, para iniciar ou retornar seu processo de escolaridade. Além de mobilizar estes estudantes no processo de alfabetização, o Projeto proporciona aos mesmos uma inserção crítica nos problemas de bairro, da escola e do trabalho preparando-os para o exercício da cidadania plena.

I Encontro de Educação de Jovens e Adultos

Painel II - Formação do Educador: dilemas e perspectivas

Do educador formador, em processo, ao processo de formação do educador *

Paulo de Tarso Gasparelli de Toledo¹

Falar da formação de professores é me remeter, em parte, à minha própria trajetória de formação. Evidentemente que, este caminho, impõe a necessidade de realizar um recorte que se dá, no meu caso, na saída da Universidade, onde vivi minha formação teórico-acadêmica na área da Filosofia e a minha chegada no magistério público. Este momento define, ao mesmo tempo, o encontro e o conflito entre o mundo teórico e o mundo prático. O que Roberto da Matta chama de "fase pessoal ou existencial"¹ no trabalho do pesquisador.

O Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes possibilitou-me experiências esse encontro teoria-prática na construção do projeto político-pedagógico. O projeto convidava-nos a um engajamento, a uma participação, à possibilidade de pensar, juntos, uma escola com outro papel social, fundada em outra concepção de educação, que rompia com o quadro de exclusão que tem sido a marca mais forte das nossas escolas.

No ano de 1994, uma nova experiência acabou por acontecer, empurrada pela intervenção que se instalou no Mendes e, de certa forma, abortou o seu projeto. Então, no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, fui convidado a participar de uma equipe para a implantação do Curso de Estudos Adicionais, na área de aprofundamento de Educação de Jovens e Adultos.

Naquele momento, em todo o Estado, na rede oficial, este era o único Curso que contemplava a área de jovens e adultos. É a partir dessa experiência com a formação de professores, construída não apenas com outros colegas professores, mas também com as professoras que buscavam o Curso, que a minha fala de hoje se apóia, tentando provocar algumas reflexões sobre formação de professores para vocês, aqui.

Se é a minha história de vida que me traz aqui, neste Encontro, porque ela contribuiu para a minha própria formação, proponho que o primeiro ponto para pensar a formação de professores, seja a reflexão sobre as histórias de vida dos professores nos seus processos de formação.

* Texto apresentado no painel "Formação do educador: dilemas e perspectivas", integrante do I Encontro de Educação de Jovens e Adultos, promovido pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, Projeto Programas Sociais, Programa de Educação Juvenil. Setembro de 1996.

¹ Professor de Filosofia com Curso de Especialização em Educação Básica de Jovens e Adultos pela UFF. Atuando no Curso de Estudos Adicionais, área de aprofundamento Educação de Jovens e Adultos, do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Mestrando em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense.

¹ In: O Ofício de Etnólogo ou como ter "Anthropological Blues". NUNES, Edson de Oliveira (org.) *Aventura Sociológica*. Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 331 p. p. 23-35.

Como segundo ponto, decorrente deste, devo marcar a importância de discutir a prática pedagógica nos processos de formação. É ela a experiência concreta, vivida, de todas as educadoras. É sobre ela que todas as professoras e professores sabem falar. Estarei falando, portanto, não de uma única prática pedagógica, idealizada, mas de todas as práticas que constituímos, e que, ao mesmo tempo, nos constituem, quando as fazemos como educadores e educadoras que somos.

O terceiro e último ponto cuida da questão relativa ao professor como mediador na construção do conhecimento pelo sujeito-aluno. Isto significa pensar a natureza humana das relações pedagógicas, que se constroem enquanto práticas sociais, na interação, pela interlocução dos sujeitos, por meio do diálogo. Nesse sentido, essa prática toma uma dimensão distinta daquela que as concepções chamadas "modernas" defendem para o processo pedagógico, ou seja, a da apropriação e uso dos meios tecnológicos como substitutivos do sujeito-professor. Este é considerado dispensável no processo ensino-aprendizagem, porque os meios poderiam garantir, com qualidade, a transmissão e a reprodução da mensagem, da informação. O processo educativo é, desta forma, esvaziado da experiência humana da construção do conhecimento, porque é visto segundo a concepção bancária, em que o conhecimento é depositado no aluno, não construído por ele. O conhecimento é estranho a ele, a quem não se atribui lugar de agente participativo no processo, nem se o considera como possuidor de saberes, já que estes são produtos da experiência, que a escola também não reconhece.

Em síntese, provisória, para os usos desse espaço de reflexão, destacaria que a formação do professor, constitui, necessariamente, um processo permanente, contínuo, que não se esgota nos cursos ditos de formação, tanto em nível de 2º Grau, quanto em nível universitário. Com isto, entendo que o professor está se formando, continuamente, em todos os atos que configuram sua prática pedagógica e o refletir criticamente sobre ela. Assim, não são alguns momentos, apenas, como este aqui proposto, que favorecem a formação, mas todos os possíveis momentos em que os educadores podem fazer o movimento de "estranhar", coletiva, ou individualmente, em seu cotidiano, as supostas mesmas práticas. Esse estranhamento, sem dúvida, deve ser um caminho da reflexão, permitidor de uma volta à prática, constantemente renovada.

Como último ponto a considerar, quero referir-me à situação em que me encontro atualmente. Tenho-me percebido um formador em processo de formação. O que marca esse processo é o fato de ser capaz de me reconhecer em pleno movimento de formação profissional. Mas, sobretudo, enquanto pessoa, também me reconheço como sujeito criador e agente atuante na perspectiva de contribuir para a construção de uma outra realidade, fundada em novos valores e em uma concepção de justiça social e de igualdade entre os homens.

Bibliografia:

ALVES, Nilda (org.). Formação de Professores: pensar e fazer. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995, 103 p.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 245 p.

_____. Cartas a Cristina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, 334 p.

I Encontro de Educação de Jovens e Adultos

Painel II - Formação do Educador - Dilemas e Perspectivas
Prof.^a Edméa Nunes Salgado - UERJ/EDU

A problemática que envolve o jovem e adulto desescolarizado, na sociedade brasileira, continua refletindo a ausência de políticas públicas de educação mais consistentes e capazes de consolidar os compromissos do Estado com o direito de todo o cidadão à educação básica.

Berbadete Gatti (1994), analisando as questões estratégicas da política educacional mostra-nos que, mesmo quando essas políticas são explicitadas, sentem-se um certo "escapismo" na sua realização, principalmente pela inexistência de recursos orçamentários, para que sejam efetivamente implementadas.

Neste século, pelo menos desde os anos 40, as autoridades governamentais vêm tentando promover, aos jovens e adultos sem escolaridade básica, cursos regulares e campanhas de alfabetização, ambos sustentados por pensamento político assistencialista e compensatório. O ensino supletivo, por questões de ordem estrutural, tem funcionado com valores e dimensão pedagógica que repetem o modelo do ensino regular formal, só que menos eficiente, principalmente, pela inadequação do trabalho docente.

Godotti (1995) analisando essa questão afirma, dentre outras premissas que "os programas de educação de jovens e adultos estarão a meio caminho do fracasso se não levarem em conta, sobretudo, a formação do educador" (pag. 28)

A formação do educador, no pensamento de estudiosos como: Cunha (1989); Freire (1975, 1980, 1991); Gadotti (1995); Moreira (1992); Linhares (1991); Silva (1992); Giroux e McLaren (1995); dentre outros, não se apresenta adequada porque falta na proposta curricular a preocupação com o compromisso político e com a responsabilidade educativa. Enfim, de um modo geral, se afirma importante:

- educar os futuros professores como intelectuais críticos para que pratiquem o discurso da liberdade e da democracia;
- que o educador do adulto seja formado numa visão pluralista pautada na filosofia do diálogo;
- preparar o educador para a releitura da produção cultural - livros, textos, currículos, etc - que legitima as relações de poder dentro da escola;
- desenvolver, no educador, muito mais a dimensão social e política do que a processual e metodológica;
- levar o educador a aproveitar o potencial pedagógico das situações sociais, das motivações, das experiências e das histórias individuais dos alunos e, que lastreiam as práticas da sala de aula;
- que o educador de adulto seja preparado para preencher a lacuna quase insuperável entre as instituições formadoras e as realidades sociais em permanente mutação, recompondo sua consciência profissional e sensibilidade social;

- educar os professores de adultos para utilização do discurso do cotidiano que leve ao desvelamento da opressão cultural direcionando sua prática para uma visão emancipatória e de justiça social.

A Faculdade de Educação da UFRJ, ao reformular o seu currículo de pedagogia (Deliberação 022 de 24/10/91) procurou resgatar, na formação do educador, a preocupação com jovem e adulto desescolarização. Escolheu para o curso de pedagogia o caminho que indica "a formação do educador como uma tarefa social, historicamente situada, comprometida com a maioria da população e com as questões relevantes da educação e da sociedade: um curso que possibilite a formação crítica e científica, a unidade teoria e prática como alternativa pedagógica, a denúncia dos problemas e que estimule a capacidade de propor mudanças" (documento básico, pag. 2).

O nosso possível vem indicando que a construção do real deve ser precedido de sonhos, sonhos de gerar um educador ainda mais capaz de desvendar os contraditórios discursos educacionais e de construir um muro de enfrentamento à lógica da dominação. Assim esperamos que seja.

BIBLIOGRAFIA

CUNHA, M. O bom professor e sua prática. Campinas: Papirus, 1989

FREIRE, P. Conscientização. São Paulo: Moraes, 1980.

_____ - Pedagogia do oprimido. Rio: Paz e Terra, 1975.

_____ - A educação na cidade. São Paulo: Cortez, 1991.

GADOTTI, M. Educação de jovens e adultos - correntes e tendências, In: Educação de jovens e adultos. São Paulo, Cortez, 1995.

GATTI, B. A. Questões estratégicas de política e educacional. Brasília: MEC/UNESCO, 1994.

GIROUX, H. e McLaren, P. Formação do professor como uma contra-esfera pública: A pedagogia radical como forma de política cultural. In: Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1995. (p. 125-153)

LINHARES, C. A questão do magistério na educação básica. Tecnologia educacional 20-48-53, 1992.

SILVA, J. Ildfonso. Formação do educador e educação política. São Paulo: Cortez, 1992.

I Encontro de Educação de Jovens e Adultos

Painel II - Formação do Educador: dilemas e perspectivas
Profª Rute Rios

AUTO FORMAÇÃO: UMA ALTERNATIVA VIÁVEL

Meu olhar sobre esse tema vem se construindo, de algum tempo para cá, a partir de uma acumulação que começou a ser feita no interior de uma pesquisa participante em torno da atividade alfabetização. Foi meu "refazimento" como pessoa e educadora, verificado no decorrer dessa investigação, que me possibilitou visualizar com mais clareza o que poderia ser uma formação que, efetivamente, formasse o educador. Mais clareza porque, na verdade, o "refazimento" não era algo estranho à minha experiência como educadora. Na década de 60 quando, sem nenhuma formação sistemática, comecei a trabalhar como alfabetizadora de adultos, não havia outra alternativa senão a de contar com o processo de auto formação, para dar conta da tarefa a que me propunha. Naquela ocasião, não havia praticamente nenhum conhecimento acumulado nessa área que pudesse ser ordenado, e transmitido aos interessados em formação nessa área.

Assim, mergulhar numa pesquisa de caráter participante sobre a atividade alfabetização foi, antes de tudo, uma retomada de caminho ainda que em outros termos. Como pesquisadora/alfabetizadora eu precisava ir mais longe, ou seja, precisava esclarecer/elaborar sobre a estratégia de auto formação, dimensão intrínseca à metodologia de pesquisa participante, como eixo essencial da preparação do educador. E, para isso era necessário investir não apenas no estudo e reflexão sobre a prática desenvolvida na pesquisa mas, também, no confronto com outras experiências, tanto no âmbito não governamental, como no governamental.

Do que foi vivido/experimentado e refletido na pesquisa e, depois, confrontado com várias iniciativas, gostaria de compartilhar alguns aspectos que considero relevantes para o debate sobre esse caminho de formação.

O primeiro deles é a auto formação como recurso para ajudar na ultrapassagem do limitado desempenho do educador, enquanto executor de um programa pré-estabelecido (antena de repetição), levando-o a assumir a sua função de sujeito indispensável à construção do tecido social. Neste sentido, em muitas situações pude constatar a riqueza trazida pelo relato da prática dos educadores para serem intercambiadas em sessões coletivas de trabalho. Na minha percepção a adoção, pelos educadores, do princípio pedagógico segundo o qual deve-se trabalhar a partir da realidade do aluno, tem proporcionado uma acumulação que não tem encontrado, ainda, espaço para ser socializada, elaborada e difundida. Portanto, multiplicar e legitimar tais espaços é vital para incluir o agente direto de educação no debate, formulação, execução e avaliação das propostas que norteiam a sua atuação.

Não resta dúvida que este é um caminho árduo. Afinal, autonomia e autoria são conquistas lentas e com elas convive o velho hábito de receber/introjetar propostas pensadas e pré-estabelecidas por outros. O aprendizado do confronto dessas contribuições com o que foi experimentado pelo educador, no cotidiano do seu trabalho, é uma prática pouco desenvolvida entre os profissionais da educação. Em alguns espaços para intercâmbio de experiências é visível a presença dessa dicotomia: de um lado, as contribuições trazidas pelo possuidor do

saber competente e, de outro, o acumulado da prática cuja utilidade é quase exclusivamente a de servir como material de troca de "receitas" para trabalho de sala de aula.

Quando penso na enorme tarefa que é a redefinição da função social da escola hoje, e o tanto que essa acumulação tem a contribuir - se devidamente considerada e trabalhada -, vejo o quão urgente é a dinamização de processos auto formadores no nosso sistema educacional oficial ou não.

Desconfio que a mobilização, o envolvimento do professor/educador na reinvenção da escola, tão desejada por todos neste momento, dificilmente será uma realidade se não forem criadas as condições efetivas para que sua intervenção - que se dá no contato diário com os alunos e pais e, portanto, com o quem está demandando uma educação de outra qualidade -, ganhe peso e consistência através do processos auto formadores.

Finalmente, o produto obtido nesses processos que, no início deste texto, chamo de "refazimento" é algo que vai além desse despertar da vontade política do professor/educador para participar da reinvenção da escola. De fato, outro importante ganho merece ser aqui mencionado, a saber: a presença das intuições, das sensações, dos afetos como formas de conhecer, válidas e necessárias. Submetidos à uma matriz de racionalidade clássica nós, educadores, fomos levados a emprestar pouca importância a esses elementos na prática. No entanto, no cotidiano da sala de aula, tudo isso está presente e, de fato, é utilizado pelo educador na realização do seu trabalho. Enfim, trazendo tudo isso para o espaço de auto formação os educadores estão, na verdade, promovendo a invasão de elementos que, se não cabem na matriz clássica da racionalidade, cabe, e muito, na vida.

Rute Monteiro M. Rios
Rio, 20/09/96.

I Encontro de Educação de Jovens e Adultos

Painel III - Ler e Escrever

Uma paixão a aprender

Profª Aida Bezerra

DIVAGAÇÕES SOBRE A PAIXÃO DE LER E ESCREVER

De início, duas idéias me vêm à mente quando tento distinguir, para relacionar, o ato da leitura do gesto da escrita: a idéia de movimento e a idéia de permanência. É como se a leitura tivesse mais a ver com a impulsão provocada pelo desafio de desvelar o desconhecido e, a escrita, estivesse mais vinculada à reflexão, para poder decantar, filtrar o pensamento e aperfeiçoá-lo. Em termos diferenciados, ambos supõem uma intervenção pessoal, uma vontade.

A impulsão da leitura está impregnada pelo desafio de decifrar, tentar entender, tomar conhecimento do escrito e do não escrito, descobrir, descobrir-se, confrontar-se, descobrir o outro que escreve; compreender os fenômenos, as leis, as virtudes; detectar o passado, o presente e o futuro; flagrar os acontecimentos. E, a partir daí, articular uma síntese, interiorizar a informação, subjetivar. Tudo isso parece traduzir um movimento de busca de caminhos e clarezas para tomar decisões, para melhor gerir os nossos destinos.

Escrever, no entanto, já pressupõe uma decisão de registrar, revelar seu pensamento, arriscar seu ponto de vista, seu sentimento, de modo que ele possa se tornar visível e até público. Assim, você se diz de uma forma exteriorizada, quase objetivada e cria condições para que a sua palavra ganhe permanência.

Aí, tudo recomeça porque você abre a possibilidade de se re-ler e se re-lendo você também se move internamente, se conhece mais e se re-escreve. E, no fim, tudo faz parte de um grande movimento com momentos de impulsão e momentos de reflexão que vão se modificando mutuamente, ampliando a sua sensibilidade e oferecendo mais condições de apreender o que se passa.

Isso para dizer que não acreditamos que uma pessoa não se sinta atingida pelo desejo ou pela carência de ler, ou pela convocação de escrever, escrever-se, de se dizer para o outro. A vontade de desvelar o desconhecido, e de participar com outros da reinvenção das condições de existência, mora em todos nós pelo simples fato de nos encontrarmos vivendo num mesmo espaço e querendo ser felizes juntos.

Enquanto a plenitude da vida continuar a ser uma expectativa e as circunstâncias em que vivemos significarem um convite à transformação, é preciso continuar a descobrir, conhecer e conhecer-se mais, para melhor organizar os nossos espaços e cuidar para que as relações que nos regem correspondam à nossa dignidade e administrem a nossa liberdade de crescer individual e coletivamente.

Costumamos dizer que a modernidade é letrada e que para estar em consonância com esses tempos é preciso dominar o instrumental da leitura e da escrita. Caso contrário, o poder de gerir os nossos próprios destinos fica fragilizado. Será isso? De certa maneira sim e, de outra, não. Com certeza, não é a letra que gera a virtude da amizade entre os homens. Senão, os que detêm a maior parcela de poder, e parece que são todos eles alfabetizados, teriam

proporcionado outra qualidade de relações na sociedade. Então, para quê ler e escrever se isso não traz, conseqüentemente, nem virtude nem sabedoria? E por que essas atividades, que não nasceram com o gênero humano, nos apaixonam tanto?

Primeiro, somos levados a relativizar as possibilidades da leitura e da escrita tendendo a valorizá-las pelo uso que delas fazemos e pela forma como delas nos apropriamos enquanto meio de expressão, de comunicação e de difusão dos conhecimentos acumulados.

Ao contrário do uso que muito se fez da escrita, por exemplo, para difundir uma única e verdadeira interpretação das coisas, válida para todos, ela abre a possibilidade de uma leitura individual e crítica, que amplia o conhecimento circulante. Pensar que o conhecimento está preso ao registro é admitir que todo conhecimento é produzido pelo autor e que nós somos meros consumidores do produto de inteligências super dotadas. Essa liberdade individual de intervir pela crítica responsável, recriar, acrescentar ao texto, ainda tem muito a ser exercitada para ultrapassar o caráter sagrado do livro/verdade.

Acreditamos que o aluno faz o seu primeiro passo na direção de superar esse obstáculo, criado pela civilização letrada, quando ele participa da autoria do seu próprio livro de leitura. A importância de descobrir que o autor não é necessariamente o outro e que ele, o aluno, também pode criar leituras, é uma vivência de resultados políticos mais profundos do que se pode imaginar no imediato. O exercício da leitura e da escrita esconde um enorme espaço de luta pela liberdade de ser, e de ver consideradas outras versões dos acontecimentos.

No plano cultural, isso ainda é mais mobilizante. Hoje, qual é a força política de um povo que não conseguiu registrar a sua memória, que não logrou escrever, na sua língua de origem, as palavras que dão significado aos seus sentimentos e às suas descobertas? E se essa base cultural que estrutura o seu pensamento e expressa os seus sonhos for esmagada? Lutar por quê se os seus desejos foram junto e a sua identidade perdeu as referências?

Não precisamos ir longe para sentir a baixa estima, a fragilização, dos desenraizados. Basta lembrar os nossos alunos migrantes. Nessa transição cultural, a leitura e a escrita têm um papel indispensável em termos de resgate e de reestruturação das identidades. Não é compactuando com a baixa estima e com os preconceitos que podemos ajudar a construir cidadãos ativos.

Com a inclusão desses e de outros elementos nos processos educativos, através da criação de novos espaços de expressão e intervenção - pela leitura e pela escrita (novos leitores e novos escritores) -, talvez estejamos contribuindo para uma outra qualidade de sociedade. Diferente dessa engrenagem que produz exclusão; dessa que se apóia numa matriz disciplinar de educação e nos condiciona a viver como cidadãos "úteis e dóceis".

Finalmente, o lado mais apaixonante da leitura e da escrita, quando pretendemos dar relevo ao seu peso político, é o que elas podem significar em termos da diminuição das distâncias entre os diferentes. Enquanto instrumento de comunicação é capaz de agilizar a construção de elos de solidariedade; estimular a expressão e o reconhecimento das diversidades que enriquecem a convivência humana.

Sem falar na dimensão da beleza criada pelos escritores (os poetas, os literatos, os dramaturgos etc) e recriada pelos seus intérpretes, que lhe acrescentam mais vida com as suas entonações e versões. Esse é um potencial inesgotável e impossível de aprisionar e/ou submeter a uma ordem disciplinar. Esse lastro de expressão não é só um enfeite, um devaneio da fantasia de alguns, mas é uma forma de afirmação cultural. Quando a produção artística entra em crise, perde os seus motivos, é um sinal de que a sociedade está em crise.

Seja dando asas ao nosso lado criador, ou à nossa inquietação de desvelar o desconhecido, ou à vontade conversar/debater/aprender com o outro, ou de responder pelos nossos destinos, hoje, não podemos dispensar os recursos da leitura e da escrita para manifestar as nossas escolhas. E aí é que a questão se torna grave: nem todos têm acesso a esses meios. O que preocupa, além da injustiça flagrante com essas pessoas, é o que sociedade inteira está perdendo com o silêncio dos analfabetos.

Aida Bezerra

I Encontro de Educação de Jovens e Adultos

Painel III - Eliana Yunes
Profª Pós-Graduação
PUC/RIO e UERJ

LER E ESCREVER UMA PAIXÃO A APRENDER

Há, para mim, um equívoco potencial no título-convocação desta mesa; embora sugestiva, a idéia de uma paixão que se aprende é, no mínimo, duvidosa. Os tratados filosóficos, os dicionários remetem o conceito de paixão a percursos menos seguros que os da aprendizagem, segundo a cartilha da escola. Paixão aponta para a expressão de sensibilidade e entusiasmo muito vivo por alguma coisa, enquanto que a aprendizagem, inclusive, supõe iniciação "especialmente" a profissão/manual ou técnica. E talvez esteja aí o ledô engano — o que de manual e técnico existe na leitura e na escrita é perfeitamente secundário. E a escola, e a educação têm ficado no secundário. Desde a maturidade da coordenação motora até a coordenação olho/pensamento, ler e escrever se reduzem a exercícios mecânicos sem qualquer vizinhança com a paixão. O percurso da alfabetização que se vai construindo, no mínimo, por toda a escola básica, demanda mais, muito mais e de maneira cabal. Ler e escrever são atos pelos quais passamos a possuir o mundo, sob a forma de conhecimento primeiro e de sabedoria depois, em raros casos.

Ler é a própria "paixão de conhecer o mundo", a possibilidade de aventurar-se além do visível, do imediato, do dado — resposta ao desafio do entrevisto, do intuído, do subentendido, do não-dito. Ler é a prática de estabelecer relações entre o presente e o ausente, entre o signo e sua potência, entre a palavra e o mundo. Ler a letra apenas, como o faziam as crianças do séc. XVI e XVII numa língua diversa da que falavam — o latim era a língua da escrita — nunca alfabetizou ou melhorou a vida de ninguém. E parece que isto também tem ocorrido entre nós, às portas do séc. XXI.

Escrever decorre de ler: não há escritor que não seja leitor e Borges assinala isto de moto definitivo: "que outros se orgulhem do que escreveram; eu me orgulho do que li" — e cito entre os melhores da história recente da literatura. A escrita é um registro da expressão irrefreável de quem leu e, feita a leitura, tem de comunicá-la. Escrever é o natural de quem pensa por modo próprio; escrever com os dedos, com o cinzel, com o pincel, com tintas e formas diversas, em todas as linguagens, deixar a marca/traço/sinal/signo de sua relação com o tempo, com a história.

Portanto, ler e escrever são atos sim de paixão, de uma paixão que se insinua antes da escola, que nela deveria explodir e que, no mais das vezes, é esvaziada e desahudada. Aprender, não se aprende a paixão — a paixão se alimenta, se expande, perpassa todos os momentos da vida e a redimensiona inteira. A aprendizagem mecaniza, tutela, castra e tem gerado copistas, daqueles medievais que repetiam as letras deformando a escrita e o mundo, porque reconheciam as linhas mas não lhe conferiam o sentido.

Os caminhos da paixão não são os mesmos desta tal aprendizagem.

I Encontro de Educação de Jovens e Adultos

Sala 1: Prof.º Luiz Antônio Garcia

Considerações sobre Educação Matemática

Luiz Antônio Garcia

Existe muito mais Matemática no nosso dia-a-dia do que aparentemente se possa supor.

Nas notícias do jornal, por exemplo, é muito difícil encontrarmos uma que não tenha Matemática. Além das atividades que envolvem números e cálculos, onde é mais marcante a presença da Matemática, há muitas atividades do cotidiano onde sua existência é determinante: basta usarmos a expressão é maior que, por exemplo.

Quando se diz: Maria mora no mesmo bairro que João; o edifício A é mais alto que o edifício B; Paulo é mais novo que Ana, estamos "fazendo" Matemática, na maioria das vezes sem consciência disso. É que já se definiu matemática como o estudo das relações e ... Mora no mesmo bairro que ..., ... é mais alto que ..., ... é mais novo que ... são relações estabelecidas entre dois objetos de um conjunto.

A organização e a sistemática de conhecimentos "pré-matemáticos" (se é que podemos assim chamá-lo) é papel fundamental da escola, e a coordenação das ações desenvolvidas em sala-de-aula é a responsabilidade maior do professor.

Trabalhando de forma lúdica as atividades da sala de aula, o professor apela para a motivação dos alunos e vai, com jogos e desafios, proporcionando a organização e sistematização das informações trazidas e favorecendo a construção de novos conhecimentos.

O cálculo mental, tão desprezado pela escola, é um poderoso elemento para o desenvolvimento e compreensão da formação dos sistemas de numeração. Ao explicitar os passos dados para realizar o cálculo, o aluno vai se conscientizando da estruturação do sistema de numeração decimal, o que é fundamental para toda a construção do arcabouço numérico.

O uso de materiais concretos é também de real valor para a aprendizagem. Os palitos de fósforo, por exemplo, podem proporcionar atividades muito ricas na exploração do espaço, no estudo da Geometria de nossos currículos. Com os palitos de fósforo podem ser construídas as formas geométricas mais comuns: triângulos, retângulos, quadrados..., "plantas" de casas, o que simplifica e torna bem claro o estudo de perímetros e áreas.

Há outros objetos (chapinhas, fichas de jogo, pedras, sementes, grãos etc.) que usamos como material escolar. Eles podem ser úteis na contagem, ordenação, classificação, estudo de frações, proporcionalidade, semelhança, simetria...

É muito útil também o uso de jogos estruturados e industrializados, como os muitos conhecidos, baralho e dominó, além de outros que obrigam o desenvolvimento de estratégias por parte dos jogadores.

Quanto mais trabalharem com estes tipos de jogos, mais os alunos vão ficando habilidosos para pensar em possibilidades. O trabalho da Matemática é também o trabalho com hipóteses:

se eu fizesse isso aconteceria aquilo. Este trabalho não é, em geral, valorizado pela escola tradicional e precisa estar presente na nossa sala de aula.

Outra coisa muito importante (que, aliás tem sido muito desprezada pela escola) é a avaliação de possibilidades. Quais são as respostas possíveis para, por exemplo, situações tais como:

- é possível que um prédio de 10 andares tenha 15m de altura?
- quantos passos tem a largura da sala-de-aula?

A perguntas como essas, os alunos vão se expressando espontaneamente e as diferentes respostas são analisadas até se chegar a melhor aproximação da resposta desejada.

As atividades que propomos pressupõem trabalhos em grupos onde as respostas individuais são discutidas e as descobertas socializadas.

Desafios !!!

I Encontro de Educação de Jovens e Adultos

A MATEMÁTICA NA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

3 AMIGOS

Carlos, José e Paulo são 3 amigos que estão sempre juntos, mas cada um mora em um bairro (Catete, Méier e Tijuca). Não têm a mesma idade (28, 25 e 23 anos), criam animais diferentes (cachorro, galinha e gato) e não gostam da mesma bebida (cachaça, cerveja e guaraná).

Aqui estão algumas informações sobre os 3 amigos:

- ⇒ Paulo é o mais velho e detesta refrigerantes;
- ⇒ O tijucano é o mais novo e gosta muito de uma cervejinha;
- ⇒ Carlos não mora na Tijuca e tem alergia a penas;
- ⇒ Paulo, que cria gatos angorás, gosta muito de ir ao Museu da República que fica bem perto de sua casa.

um. Diga qual a idade, onde mora, qual a bebida que prefere e qual o animal de cada

A MATEMÁTICA NA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

MATEMÁTICA EM FAMÍLIA

Lúcio é um estudante curioso, está sempre procurando descobrir a matemática das coisas.

Desta vez ele estava analisando as relações existentes entre as idades das pessoas de sua família, que é composta de três pessoas: seus pais e ele, e percebeu o seguinte:

- ⇒ A idade de cada um dos três é um número par.
- ⇒ A soma das três idades é 100.
- ⇒ A idade de sua mãe é o número quadrado perfeito.
- ⇒ O seu pai é mais velho que sua mãe 10 anos.
- ⇒ Lúcio tem a metade da idade de sua mãe.

Estas relações que Lúcio percebeu, na verdade, são pistas que nos permitem descobrir a idade de cada um. Você seria capaz?

As Pessoas	Suas Idades

A MATEMÁTICA NA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

O DIA DO TRABALHO

Neste ano, o 1º de maio, Dia do Trabalho, caiu em uma quarta-feira.

Sem recorrer a um calendário, você é capaz de dizer quais as outras quartas-feiras do mês de maio?

Ainda sem calendário, você é capaz de dizer quais os dias da semana de 1º de maio de 1995 e de 1997?

Quais os dias da semana de todos os próximos "dias do trabalho" do século XX?

HORAS, MINUTOS E SEGUNDOS

Quantas horas faltam para terminar o mês de maio?

Quantas horas faltam para terminar o ano de 1996? E minutos, quantos faltam?
E segundos?

A MATEMÁTICA NA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

CASA NA PRAIA

Ao adquirir um imóvel de praia, Roberto recebeu, no momento da compra, uma planta de situação do mesmo.

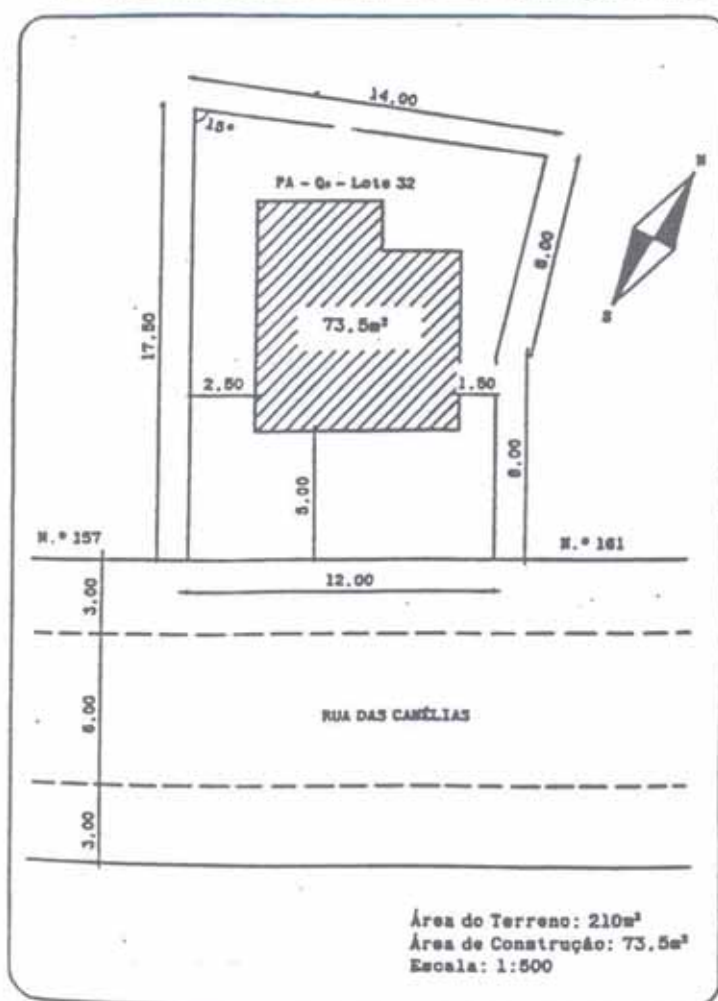
A planta de situação de um imóvel permite determinar a posição da construção em relação ao terreno, e do terreno em relação ao logradouro e aos pontos cardeais.

Observe a planta de situação do imóvel adquirido por Roberto.

Fazendo a leitura dessa planta podemos responder às seguintes questões:

1. Qual o endereço do imóvel?
2. Qual o número da casa?
3. No sentido que vai do início para o fim da rua, o imóvel fica do lado direito ou do lado esquerdo?
4. Qual o perímetro do terreno?
5. Qual a área total do terreno?
6. Qual a área construída?
7. Qual a área livre?
8. Qual a escala usada na planta?

A MATEMÁTICA NA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS



PLANTA DE SITUAÇÃO

É um desenho destinado a definir a posição da construção no interior do terreno, e a posição deste em relação ao logradouro, terrenos adjacentes, loteamento etc.

Devem constar da *planta de situação*:

- Desenho, em escala, do contorno do terreno.
- Desenho do contorno da construção, em escala no interior do terreno.
- Indicação da direção norte-sul magnética.
- Indicação dos confrontantes (lotes adjacentes).
- Nome do logradouro.
- Cotas indicando as dimensões do terreno, da construção e de suas posições relativas.
- Indicação da área total do terreno e da construção.
Indicação da escala do desenho, a qual é normalmente 1:500, podendo eventualmente ser 1:200 ou 1:100.

I Encontro de Educação de Jovens e Adultos

Sala 2: Moema Valarelli - Coordenadora do Núcleo da Ação da Cidadania / IBASE

**Cidadania na escola:
professores e alunos ensinando e aprendendo uma mesma lição**

O desafio da Miséria

Brasil, final dos anos 90: modernidade, tecnologia de ponta, novas e radicais formas de produção e reprodução da miséria e da exclusão. Neste país, onde a desigualdade adquire infinitas formas de expressão cotidiana vive-se, também, um processo inovador de afirmação e construção da democracia.

Em 1992, formou-se o Movimento Pela Ética na Política, que obteve enorme adesão social. As manifestações públicas organizadas sob sua égide, culminaram com o processo, ficou claro que apenas o exercício da democracia formal não seria suficiente para enfrentar os novos desafios que, então, colocavam-se para o país. O Movimento afirmou que "democracia e miséria são incompatíveis". A sociedade brasileira estava, portanto, desafiada a erradicar (e não apenas a amenizar) a fome e a miséria, apontadas como as formas mais agudas da exclusão social.

Neste contexto, foi lançada a *Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida*, em 1993. A Ação consolidou-se como uma proposta de afirmação e de construção da cidadania a partir de todos e de cada um dos lugares da sociedade onde a desigualdade se expressasse.

Tanto o Movimento pela Ética quanto a Ação da Cidadania contribuíram decisivamente para que o apelo ético ganhasse relevância inusitada no Brasil. Assim, aprofundou-se a crítica ao modo de operar do Estado e do mercado que, apesar de todos os anúncios desenvolvimentistas e modernizantes, consideram-se como núcleos reguladores, articuladores e ordenadores da produção da exclusão. A partir disto, a Ação da Cidadania afirmou a sociedade civil, composta por cidadãos e cidadãs, como o *locus* de uma nova proposta de ordenação social, capaz de garantir efetivamente um desenvolvimento democrático para o país.

Não falamos aqui do cidadão apenas como "portador de direitos" que, periodicamente, escolhe seus governantes e, assim fazendo, transfere para o Estado a esperança de solução de seus problemas. Ao contrário, aprendemos e reafirmamos ao longo deste processo, que cidadania não é um dom, nem uma revelação; que a idéia e o conceito de cidadania são construções sociais, inseridas em contextos históricos definidos; que ser cidadão é agir e praticar cidadania e, para tanto, devemos desenvolver a idéia e o sentimento de pertencimento a uma sociedade, a um país e uma nação.

Passados mais três anos de Ação, podemos dizer que os valores e princípios que nortearam suas propostas tiveram uma incorporação inédita na cultura política do país. Mas a

fome, a miséria e, principalmente, a desigualdade não acabaram. Bem longe disto. O que foi alterado de maneira significativa, foi a indiferença em relação ao problema. Tivemos, portanto, uma significativa vitória no campo da cultura, criando condições para que a exclusão fosse transformada em questão da cidadania. As causas da desigualdade, não as desconhecemos, exigem alterações ainda mais profundas na organização econômica, social e cultural do país - apresentando tarefas e desafios tanto conjunturais, quanto estruturais. Mas, o caminho de solução, nós o afirmamos, é a sociedade. É, certamente, a partir do fortalecimento das múltiplas ações de afirmação da cidadania e de combate à desigualdade, das ações descentralizadas, marcadas por novas parcerias e por infinitas iniciativas, que se construirá uma nova sociedade, capaz de erradicar a miséria e o Estado de miséria.

Neste sentido, jovens e professores tornam-se parte essencial da construção de soluções mais efetivas para nossos problemas sociais.

Partindo destas idéias, vamos juntos, nesta sala, pensar qual é ou deveria ser o papel da escola no processo de ensino / aprendizagem da cidadania. Como o professor pode contribuir neste processo? Como deve preparar-se para esta tarefa? Como criar um ambiente em que a democracia e a cidadania sejam práticas constantes na sala de aula? Aqui, também, não temos respostas prontas ou fórmulas mágicas. Faremos, então, um convite à participação de cada professor na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Sem fome, sem miséria, sem exclusão.

I Encontro de Educação de Jovens e Adultos

Sala 3: Profª Maria do Socorro Martins Calhau

Níveis e Conteúdos de Alfabetismo Adulto: Uma Proposta de Avaliação Diagnóstica¹

A Proposta

Esta proposta de avaliação pretende conhecer os níveis e conteúdos de alfabetismo conquistados por jovens e adultos pouco letrados, ao longo de suas práticas sociais. Reconhece a riqueza e a importância dos saberes que estes indivíduos possuem, e entende que é fundamental que eles possam circular pela cultura letrada, sem negar suas práticas culturais. Considerando essas práticas, pretende que a alfabetização valorize a identidade cultural individual e de grupo, e que facilite a aquisição de uma meta-linguagem que permita analisar os mecanismos e estratégias discursivas e de dominação sócio-intercultural.

Foram desenvolvidos instrumentos destinados a diagnosticar níveis e conteúdos de alfabetismo de jovens e adultos, levando-se em conta conhecimentos, competências e habilidades. Este trabalho baseou-se nos conteúdos correspondentes ao primeiro estágio do primeiro grau e/ou correlatos, a um nível de saberes e habilidades construídos não-escolarmente pelos próprios adultos, a partir de suas culturas de grupo e experiências de vida e trabalho, assim como dos meios de comunicação de massa.

¹ O texto acima foi composto por fragmentos retirados do trabalho final: *Elementos para Uma Avaliação Diagnóstica de Níveis e Conteúdos de Alfabetismo Adulto* - elaborado pela PUC-Rio - Departamento de Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação para o MEC em agosto de 1996. Fizeram parte deste trabalho:

Grupo de Coordenação

José Carmelo de Carvalho - Coordenador do Projeto
Alicia Maria C. Bonamino - Coordenadora Adjunta
Maria do Socorro Martins Calhau - Educação de Adultos
Patrícia Corsino - Leitura e Escrita

Consultores Especialistas

Creso Franco Junior - Ciências
Maria de Lourdes A. Trindade - Estudos Sociais
Maria Lúcia T. Fraga - Matemática
Pedro Benjamim Garcia - Educação Popular

Pós-Graduandos Especialistas

Helena Maria Araújo - Estudos Sociais
Helene Maria Gonçalves - Educação Popular

Edição, Revisão, Programação

Adélia Maria Nehmes S. Koff - Redação
Clarisse Oliveri de Lima - Programação
Leda Maria Martins Dias - Revisão
Lúcia Theresza Lessa Carregal - Revisão

Avaliadores Externos e Consultores

Maria das Graças C. Bregunci - CEALE/UFMG
Orlando Joia - Ação Educativa Assessoria/SP

Bolistas

Karen Angélica Rocha (FINEP); Cláudia Dias Mogrovejo (FAPERJ); Maria Isabel P. Costa (CNPq - PIBIC); Ana Lúcia M. Pirozi (CNPq - PIBIC)

Foi adotado como quadro de referência curricular, para o desenvolvimento dos instrumentos de avaliação diagnóstica a proposta desenvolvida pela Ação Educativa (1995). Estes instrumentos não têm a finalidade de desenvolver capacidades cognitivas e/ou estratégias de cognição. Na verdade, o desenvolvimento de tais capacidades será tributário de processos de intervenção pedagógica e de propostas curriculares - estas sim, dependentes de diagnósticos aferidos por estes instrumentos, capazes de expressar níveis já alcançados pelos sujeitos, na gênese de seus conhecimentos. Ao mesmo tempo, conseguem apontar possíveis áreas de novas construções (ou zonas de *desenvolvimento proximal*, na acepção vygotkiana).

Esta proposta inclui questionários, suplemento gráfico e manuais de aplicação e de avaliação diagnóstica, destinados a subsidiar programas de alfabetização de adultos. Tem como objetivo específico oferecer recursos para diagnosticar níveis e conteúdos de alfabetismo adulto, nas áreas de leitura/escrita e de conhecimentos lógico-matemáticos, sócio-espaco-temporais e científicos. A partir dos resultados obtidos, poderão ser montadas estratégias a serem implementadas por alfabetizadores e supervisores de programas e de cursos de alfabetização de adultos.

Alfabetismo no Contexto da Proposta

A compreensão do alfabetismo até aqui explicitada leva esta propostas a buscar entender em que momento se encontra a população de jovens e adultos, em termos da forma e da qualidade de relações que eles estabelecem com a leitura, a escrita, a matemática e as noções científicas e sócio-espaco-temporais, em sua vida cotidiana.

Grande parte da população brasileira vive numa cultura letrada sem, contudo, saber ler e escrever. Entretanto, as letras, os números, e a necessidade de resolver os vários problemas do cotidiano invadem a vida dessas pessoas nas ruas, na TV, na família, no trabalho etc. Tudo isto acaba por desafiar-las a formular hipóteses sobre a língua escrita. Os usos e funções dos textos que as cercam, o cálculo, os fenômenos naturais, entre outros, são verdadeiros desafios. Eles levam essas pessoas a desenvolverem estratégias para registrar seus pensamentos, emitir recados, fazer anotações numéricas, contas, resolver problemas de saúde e de orientação espaco-temporal etc., colocando-as em processo de alfabetismo.

Este processo contínuo se inicia desde o primeiro contato do sujeito com o mundo da cultura letrada e se prolonga até o fim de sua vida. A alfabetização, é apenas um momento do processo, alcançado após um caminho já percorrido e que deverá se estender bastante, porque ler é mais que decifrar o código alfabético: é adentrar-se em mundos reais e imaginários, possíveis e impossíveis, é sacar carta de cidadania no mundo da cultura letrada (Lerner, 1996). Escrever é adquirir um sistema de notação, isto é, de representação através de signos convencionais, que permitem grafar a língua. É ser capaz de produzir textos que atendam a diferentes finalidades e intenções.

Os Instrumentos e sua Organização

A presente proposta de avaliação diagnóstica consta de seis documentos:

1. fundamentação teórica;
2. questionário com quatro blocos temáticos e suplemento gráfico complementar ao questionário;
3. manual de instruções para aplicação do questionário;
4. guia prático de avaliação diagnóstica;
5. fita de vídeo para "sensibilização" e pré-treinamento dos entrevistadores.

O questionário e seu suplemento gráfico constituem o cerne da proposta, pois operacionalizam as diversas dimensões analíticas sobre as estruturas, habilidades e competências dos alfabetizados adultos. Essa operacionalização é feita através dos itens de quatro blocos temáticos:

- Bloco A: Usos e Funções da Leitura e da Escrita
- Bloco B: Noções Lógico-Matemáticas;
- Bloco C: Noções Sócio-Espaço-Temporais
- Bloco D: Noções Científicas do Cotidiano

Nos blocos de Leitura/Escrita e de Matemática há ainda um material complementar, constituído por folhas nas quais os entrevistados escreverão suas respostas e anotarão seus procedimentos de cálculo.

Cada bloco tem sua fundamentação e finalidades, que supõem níveis de alfabetismo em cada área. Dada a diversidade de experiências vivenciadas pelos jovens e adultos pesquisados, dificilmente haverá, nessa avaliação diagnóstica, correspondência entre os níveis de cada um dos blocos, ou seja, é possível que uma pessoa tenha um nível de alfabetismo menos avançado em leitura/escrita do que em Matemática.

Deve-se destacar que a proposta temática por áreas de conhecimento é assimétrica. Das 109 questões propostas para todo o instrumento, temos:

- 58 questões na área de leitura/escrita (bifurcadas em duas redes distintas),
- 24 questões na área lógico-matemática (básicas e complementares),
- 16 questões na área sócio-espaço-temporal (básicas),
- 11 questões na área científica (básicas).

Tal assimetria se deve à própria estrutura formal de nossos currículos escolares, que têm legitimado hegemonias e hierarquias na distribuição dos tempos escolares para cada área.

I Encontro de Educação de Jovens e Adultos

Sala 4: Prof.^a Cláudia Lemos Vóvio
Ação Educativa
Assessoria Pesquisa Informação

Elaboração de uma proposta curricular para educação básica de jovens e adultos: comentários sobre a experiência¹

O projeto curricular que apresento aqui² foi elaborado por uma organização não governamental, com o objetivo de subsidiar educadores envolvidos com programas de Educação Básica de Jovens e Adultos. A preocupação central da equipe foi oferecer um material instrumental, acessível aos educadores de jovens e adultos, sem qualquer preocupação de natureza normativa. A opção de oferecer um subsídio na forma de projeto curricular partiu da constatação de que os educadores vinham se ressentindo de um marco global que os ajudassem a reorientar as suas práticas considerando um conjunto de idéias pedagógicas que se difundiram no Brasil na década de 80.

Desde os anos 60, a obra de Paulo Freire fora o referencial mais fértil em termos de inovação pedagógica para essa modalidade educativa. Na década de 80, com o processo de redemocratização do país, muitos grupos populares que atuavam numa perspectiva de educação popular, alfabetizando adultos sob a inspiração do trabalho de Paulo Freire, ampliaram seus programas e construíram canais de troca de experiências, reflexão e articulação. Paralelamente, à medida que o Estado se redemocratizava, alguns programas oficiais foram também se aproximando desse paradigma. Neste contexto, muitas experiências de alfabetização de adultos ganharam consistência, desenvolvendo os postulados e enriquecendo o modelo da alfabetização conscientizadora dos anos 60.

Um dos principais avanços realizados neste período foi a incorporação de uma visão de alfabetização como processo que exige um certo grau de continuidade e sedimentação. Iniciativas que concebiam a alfabetização de adultos como tarefa emergencial, que se realizaria em três ou quatro meses, foram dando lugar a programas com duração de um, dois ou três anos, dedicados à alfabetização e pós-alfabetização. Visava-se garantir que os educandos atingissem maior grau de autonomia no manejo dos instrumentos da cultura letrada, podendo utiliza-los na vida diária ou para prosseguir seus estudos. Nessa perspectiva, emerge a preocupação com o tema da iniciação matemática, considerada como parte integrante do processo. A alfabetização de adultos foi sendo crescentemente incorporada a programas mais extensivos de educação básica de jovens e adultos.³

À medida que as experiências de educação se expandem e consolidam, também se intensifica o debate pedagógico em torno delas, evidenciam-se dificuldades e limites do modelo pedagógico disponível. Essa reflexão é fortemente informada por novas teorias sobre o aprendizado da escrita com base na lingüística e na psicologia. Tais teorias enfatizam o fato de

¹ Paper escrito por Vera Maria Masagão Ribeiro (coordenadora da proposta curricular elaborada por equipe de Ação Educativa) para o Seminário Regional "Los Nuevos Desarrollos de la Educación con Jóvenes e Adultos de América Latina - México janeiro de 1996.

² RIBEIRO et alli, 1995

³ Ver HADDAD, 1994

que a escrita e a leitura são mais do que a transcrição e decifração de letras e sons, que são processos de construção de significados. A própria compreensão do que é a linguagem escrita se amplia, abarcando a variedade de gêneros que a constitui e os contextos sociais em que se realiza.⁴ Com relação à alfabetização inicial, critica-se especialmente a ênfase nos procedimentos do método silábico, de montagem e desmontagem de palavras, que transformam a escrita numa espécie de quebra-cabeça, numa pseudo-linguagem criada artificialmente para fins didáticos.

Concomitantemente, os educadores brasileiros vão entrando em contato com teorias psicológicas e antropológicas que tematizam as relações entre pensamento e linguagem, pensamento e cultura, cultura oral e cultura letrada, conhecimentos espontâneos e conhecimentos científicos. A partir desses referenciais, os educadores de jovens e adultos têm procurado a reorientação de suas práticas, também no que se refere à iniciação matemática e à chamada "conscientização" ou "leitura do mundo", dimensão que o paradigma freireano nos ensinou a considerar como constitutiva do processo de alfabetização.

Muitas dessas teorias começam a informar tentativas de inovação na educação básica de jovens e adultos. Alguns educadores abandonam o método silábico para a alfabetização inicial, introduzem maior variedade de textos, pesquisam os procedimentos que os adultos utilizam espontaneamente para resolver problemas matemáticos para, a partir deles, orientar o ensino, introduzem novas temáticas, como a questão de gênero, do meio ambiente, da violência urbana, etc. Observa-se, entretanto, que essas inovações são muitas vezes pontuais, tímidas, e que os educadores se ressentem de subsídios que os ajudem a transformar idéias pedagógicas em um projeto educativo global e coerente. A passagem da teoria à prática não é imediata e o currículo é um instrumento mediador fundamental nesse sentido⁵. Por isso nos animamos a realizar esta tarefa.

Começamos a elaborar o texto no início de 1995, com o apoio de outras organizações não governamentais. Em junho desse ano, submetemos uma versão preliminar a participantes de programas não governamentais de educação de jovens e adultos. Nesse período, o Ministério da Educação desencadeou um processo de elaboração de parâmetros curriculares nacionais para a educação básica, considerando a educação regular. Com isso, o debate em torno do currículo se aqueceu. O Ministério aprovou um projeto no qual solicitávamos apoio para submeter a versão preliminar de nosso projeto à apreciação de educadores ligados a programas governamentais em diversas regiões do Brasil e de especialistas em educação de adultos e nas áreas do currículo. Prevemos também obter o apoio do Ministério para finalizar o texto, editá-lo e distribuí-lo.

Nossas opções curriculares

O grande desafio que se coloca na elaboração de um currículo é desdobrar, de forma coerente, os objetivos gerais do projeto educativo - onde se expressam as visões de mundo, as orientações culturais mais amplas e os ideais pedagógicos - nos conteúdos educativos e objetivos mais específicos, que são os que de fato orientam os educadores no

⁴ Ver SOARES, 1995

⁵ Ver SACRISTAN, 1990

planejamento e avaliação de suas atividades. Mesmo partindo de concepções e metas gerais semelhantes, as opções de como desdobrá-los são inúmeras. Optamos por aquelas que nos pareceram as mais operacionais para os educadores. Um currículo, pela própria natureza, é sempre um texto muito denso, de difícil leitura, cuja abordagem costuma enredar-se em formalismos. Sempre que foi necessário, abrimos mão do rigor formal em prol da comunicação com o leitor.

Abrimos o projeto curricular com um breve histórico da Educação Básica de Jovens e Adultos no Brasil. Consideramos que uma fonte importante de um currículo são as práticas educativas que ele pretende transformar ou aperfeiçoar e que, para compreender o significado das inovações propostas, o educador precisa situá-las no desenvolvimento histórico dessa modalidade educativa⁶. O capítulo seguinte é dedicado à exposição de alguns fundamentos, onde destacamos as exigências sociais com relação à alfabetização e educação básica de adultos, no que se refere ao econômico, ao político, ao cotidiano e à cultura. Analisamos também as expectativas com que os adultos e jovens chegam aos programas, o papel que o centro educativo pode cumprir, o papel do educador e dos meios de ensino. Desses fundamentos derivamos os objetivos gerais.

Para desdobrar esses objetivos em conteúdos e objetivos mais específicos, optamos por organizá-los em três áreas: Língua Portuguesa, Matemática e Estudos da Sociedade e da Natureza. Para cada uma dessas áreas, expusemos considerações sobre sua relevância e sobre a natureza dos conhecimentos com que trabalha, reunimos indicações metodológicas, alguns aportes das teorias sobre ensino e aprendizagem e os objetivos de área. Dentro de cada uma, apresentamos blocos de conteúdo e, para cada conteúdo, um conjunto de objetivos didáticos que tratam de dar indicações aos educadores de como seqüenciar o ensino, como desdobrar conteúdos complexos e estabelecer indicadores para avaliação. Pelo seu grau de especificidade, eles oferecem também muitas pistas sobre atividades didáticas que favorecem o desenvolvimento dos conteúdos e as diferentes formas de abordá-los.

Nossa opção no que se refere à forma de apresentação do currículo seguiu, portanto, um caminho analítico: do mais geral ao mais específico, respeitando divisões de áreas e blocos de conteúdos. No que diz respeito à execução do planejamento educativo, o que sugerimos ao educador é que realize o caminho inverso: que trate de articular diferentes conteúdos e objetivos, de diferentes áreas ou blocos, em unidades didáticas de tipo globalizante. Num capítulo dedicado a sugestões para planejamento e avaliação, sugerimos um esquema de organização das atividades pedagógicas em torno de projetos de estudo presididos por um tema, cuja relevância favoreça a articulação de diferentes conteúdos, visando um processo de aprendizagem onde o foco seja o estabelecimento de relações entre diversas dimensões da realidade, as conexões entre diferentes conteúdos, aspectos ou abordagens dentro de um mesmo tópico. Na eleição e desenvolvimento dos blocos de conteúdo já tínhamos em vista esse tipo de orientação de planejamento, já aí procuramos uma organização que pusesse em destaque as articulações possíveis.

⁶ Sobre fontes do currículo, ver COLL, 1987.

Bibliografia

COLL, Cesar. *Psicologia y curriculum escolar*. Barcelona: Paidós, 1987.

HADDAD, Sergio. Tendências atuais na Educação de Jovens e Adultos no Brasil. In: *Anais do Encontro Latino-americano sobre Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores*. Brasília: MEC/INEP, 1994.

RIBEIRO, Vera M. M. (Coord.) *Proposta Curricular para Educação de Jovens e Adultos: 1º segmento do ensino fundamental*. São Paulo: Ação Educativa, 1996.

SACRITAN, Gimeno. *Curriculum y innovación pedagógica*. s.l. 1990.

SOARES, Magda Becker. Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, nº 0. São Paulo: set/out/nov/dez. 1995.

I Encontro de Educação de Jovens e Adultos

Sala 5: Profª Maria Rosilene Barbosa Alvim
Coordenadora do Núcleo de Estudos e
Pesquisa sobre a Infância e Juventude IFCS/UFRJ

EDUCAÇÃO E TRABALHO

As relações entre o trabalho do adolescente e a escola.

Rosilene Alvim

O trabalho de crianças e adolescentes no Brasil e em países europeus é uma página vergonhosa da história da humanidade. Segundo o historiador inglês Edward Thompeon não importa que o acontecido, em seu país, faça parte do passado; isto não minimiza o fato do alto grau de exploração a que foram submetidos adolescentes e crianças das classes populares pelos industriais ingleses.

No Brasil, a utilização do trabalho de crianças e adolescentes também foi uma prática recorrente e massiva nas quatro primeiras décadas do século. Ainda que do ponto de vista legal somente adolescentes com 14 anos ou mais possam trabalhar, segundo a lei, sabe-se que ela não é respeitada. Atualmente, apesar da existência do trabalho de crianças estar presente nas cidades, principalmente na economia informal, é no campo que grande número de crianças e adolescentes vêm sendo submetidas às mais terríveis condições de trabalho, com alto grau de exploração, lembrando o período da implantação industrial nos diversos países.

A relação do trabalho de crianças e adolescentes com a educação tem sido um problema sentido pelos filantropos em todo o mundo, e se colocava mesmo nos períodos em que não se realizava o emprego desta mão de obra. Sabe-se do exemplo de várias fábricas com vila operária, que tiveram escolas para filhos de seus operários, que se combinavam com as longas jornadas de trabalho, sendo, neste caso, prioritário o trabalho. A fábrica era a escola para a população pobre. Ao fornecer a profissionalização dos indivíduos desde a mais tenra idade, os industriais, e mesmo os operários, pensavam que, além de uma profissão, o trabalho livrava os jovens da "vagabundagem" e mesmo da criminalidade.

É recorrente, ainda hoje, o discurso justificando a entrada precoce no mercado de trabalho da população pobre, através do impedimento da marginalidade. Tal posição deixa a descoberto a escolarização de crianças e adolescentes e, com isto, também os afasta da possibilidade de obterem melhor colocação em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo nos tempos ditos de "globalização". Isto significa a implementação de um parque industrial e de serviços cada vez mais exigente, com sua mão de obra que deve estar apta para a reestruturação da organização do trabalho e para as consequências das novas tecnologias. Tal situação exige que a escola pública no Brasil, esteja preparada para fornecer uma educação que permita a seus jovens frequentarem, sejam as escolas técnicas, cujo número ainda é bastante reduzido, seja a universidade, contribuindo para o círculo perverso, que leva os filhos da pobreza à exclusão da escola e de melhores colocações no mercado de trabalho. Por outro lado, se a ameaça da perspectiva da criminalidade não pode justificar o trabalho precoce, não se pode também minimizar o perigo que ela constitui para os jovens, dado o aumento do narcotráfico.

Considerando o quadro do desemprego no Brasil e, conseqüentemente, a competição cada vez maior, exigindo uma mão de obra condizente com um quadro industrial em constante transformação tecnológica, como ficariam adolescentes e adultos excluídos da escola durante suas histórias de vida? Estariam condenados a engrossarem a população das ruas, a se tornarem mendigos, bêbados e até mesmo criminosos?

O quadro é bastante complicado, principalmente para as crianças e jovens das classes populares, que tiveram uma formação escolar precária (pior ainda no caso daqueles que não ultrapassaram as primeiras séries do primário) e que, por outro lado, não contaram com uma formação complementar, como o aprendizado de línguas estrangeiras e o acesso à informática, como os filhos de outras classes sociais.

Dessa forma, é preciso repensar a escola para os que estão e para os que virão; que os poderes públicos apoiem iniciativas que, lutando contra a corrente, procuram trazer para esta escola, tão precária, os que já há muito tempo foram dela excluídos. É necessário que a escola, através de professores bem preparados e bem pagos, esteja consciente do novo quadro econômico mundial e brasileiro e possa, de forma democrática, contribuir para uma integração menos desigual dos jovens no mercado de trabalho.

I Encontro de Educação de Jovens e Adultos

Sala 6: Trajetória da Alfabetização de Jovens e Adultos no meio rural e urbano

Alfabetização em Trabalhos e Oficinas

Histórico

O Curso Noturno de Alfabetização de Jovens e Adultos é ministrado na Escola Senador Corrêa, no bairro de Laranjeiras. Nossos alunos são predominantemente de origem nordestina, tendo migrado para o Rio em busca de melhores condições de vida. Trabalham como domésticas, faxineiros, porteiros, nos bairros próximos à escola.

Esse trabalho tem uma longa história que já percorre seu oitavo ano. Em 1988, um grupo de pesquisadores do SAPE (Serviço de Apoio à Pesquisa em Educação) iniciou o curso de alfabetização, a partir da pesquisa "Confronto de Conhecimentos na Educação Popular". A pesquisa de campo durou dois anos e o curso, em decorrência dela, ganhou vida própria até o final de 1991, quando então o grupo se desfez.

O curso recomeçou no segundo semestre de 1992 devido à grande demanda por parte dos alunos, sinal de que ele já havia se enraizado na comunidade, e ao interesse da Escola Senador Corrêa em dar continuidade a este trabalho. Por outro lado, havia a necessidade do SAPE de retornar o vínculo com esta prática, sobretudo, pela possibilidade que ela oferece de realimentação de uma nova metodologia em alfabetização de jovens e adultos.

Retornou-se à atividade com essas duas instituições: o SAPE com a assessoria pedagógica e, a Escola Senador Corrêa, com a estrutura e uma ajuda de custo para os professores, através de sua Fundação mantenedora, a Associação Promotora da Instrução (API). No primeiro ano, apenas uma turma funcionou. Para assumi-la foram convidados dois professores. No ano seguinte, devido à grande procura, formou-se uma segunda turma, com a adesão de mais dois professores. Esse novo grupo atualmente realiza o trabalho de maneira diferenciada do anterior, pois a sala de aula passou a ter outro propósito, que não somente o da pesquisa.

Desde o início de nossas atividades participamos de seis seminários, onde foram discutidos assuntos inerentes ao trabalho com alfabetização de jovens e adultos. Participamos também da III Feira Latino Americana de Alfabetização, além de vários outros eventos que são relevantes à nossa formação. Realizamos o trabalho de reciclagem dos alfabetizadores da Rua 2 na Rocinha, onde o tema era Criação e Produção de Texto dos Alunos.

Nesses anos de percurso temos enfrentado várias dificuldades, tais como: falta de material didático apropriado, de apoio financeiro, e a escassez de tempo necessário para esse trabalho. Entretanto, continuamos a realizá-lo, porque acreditamos na sua importância e confiamos na possibilidade de mudanças nas atuais condições.

Na busca dessa competência, realizamos a sistematização do conhecimento adquirido nesses anos de trabalho. A experiência acumulada vem sendo utilizada na preparação de instrumentos que otimizem nossa proosta, como: a criação de um currículo mínimo,

produção de exercícios adequados a esse trabalho e a formulação de jogos e atividades para os alunos. Esse material de apoio, de um lado, possibilita aos alunos atingir seus objetivos o mais rápido possível, sem desprezar o tempo interno e as características de cada um. E, por outro lado, possibilitam ao professores um reforço em sua prática pedagógica, ao mesmo tempo em que (mesmo considerando que a sua produção está circunscrita a um determinado processo), podem contribuir em outros trabalhos similares.

I Encontro de Educação de Jovens e Adultos

Sala 6: Educadores do Movimento Popular de Alfabetização de Jovens e Adultos de Campos dos Goytacazes.

I Encontro de Educação de Jovens e Adultos

Em 1990 foi criado, pela Prefeitura Municipal de Campos, o Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos. Esse Projeto, transformado em lei municipal, sob a denominação de "Movimento Popular de Alfabetização de Jovens e Adultos", já se encontra devidamente regulamentado.

Temos funcionando cerca de 14 núcleos espalhados pelos distritos deste Município, com 65 educadores em atividade.

Atuamos em realidades bem diversificadas: com educandos que cortam cana, que trabalham em cerâmica, outros que vivem da pesca em uma colônia de pescadores, e domésticas.

Toda a equipe de Movimento participou de Cursos de especialização no Método Paulo Freire, ministrados pela Prefeitura desta cidade, e pelo Centro de Ação Comunitária - CEDAC, Rio de Janeiro.

Com a prática de sala de aula, chegamos à conclusão de que era fundamental a mudança da metodologia, uma vez que os educandos sentiam-se desmotivados quando da discussão das palavras geradoras, dizendo que "ali compareciam para aprender a ler e a escrever e não para conversar". Por esse motivo, abandonavam a escola.

No que diz respeito à parte escrita do Método, percebemos que os alunos não aprendiam a ler e a escrever, mas tão-somente, conseguiam decorar as sílabas durante o período de aula.

O Canavial

O canavial é um mundo.
Às vezes - Um mundo de guerra,
Às vezes - Um mundo de sonhos

A usina é um monstro de ferro
E vida vegetal.
Num minuto ela devora todo o canavial.
E quantas mãos?
Quanto braços?
Quanto filhos?
Quanto noivas?
Quanto esperanças?
Sabe-o o usineiro?
Não!...

O usineiro não é o homem para sentimentalismo.
O usineiro é homem de estatística.

Mas eu,
Eu desambicioso trabalhador de cana,
Só realmente quero
O verde do canavial.
São minhas verdadeiras filhinas.
As terras touceirinhas

Benício de Almeida

Segundo o relato da educanda Hélia da Hora Silva, a vida dos trabalhadores do corte de cana é muito dura. Acordam às 04:00 horas para fazer o almoço e levar a comida fresquinha.

O trabalho no canavial tem início às 07:00 h; porém, a condução começa a apanhar os trabalhadores às 05:00 h.

Às 16:00 h saem da roça. Com frequência, a condução apresenta defeito e os trabalhadores podem ficar até a madrugada na estrada, chegando à casa quase na hora de retornar ao trabalho.

Entre outras dificuldades, as mulheres, muitas vezes, sofrem assédio sexual por parte dos empreiteiros. Apesar disso, existe o lado positivo. "Eu sempre gostei de cortar cana. É divertido. A gente brinca, conversa, dá risada... Na hora do almoço, a gente sentava bem longe, principalmente as mulheres (e também os homi, quando era respeitadô). Outra coisa bunita é vê o sol nascê. O sol nasce com a gente na roça. Nós leva pasta de dente, pó prá passá no rosto, batom... Se o carro quebrá, não temo vergonha de pegá carona...

... Mas coisa mais bonita que acho é que o trabalho no corte de cana até parece uma dança. Todo mundo abaixa e levanta, o dia inteiro; parece um balé. Sem falá das história que as pessoas contam: de saci, mula sem cabeça, lobisomi... E quem não acredita em lobisomi é lóco!"

Buscamos valorizar, no dia-a-dia de nossas aulas, o conhecimento trazido por estes educandos, suas ricas histórias, os cálculos matemáticos que fazem, suas manifestações culturais etc.

Sr. Geraldo, o barro e o tijolo.

Já ao manhecer, as olarias começam a trabalhar. Seus fornos imensos, seus caminhões cheios de barro, suas máquinas, seus homens.

Entre esses homens, está o Sr. Geraldo, que além de ser forneiro da Olaria do Oziel, é também aluno do Movimento Popular de Alfabetização de Jovens e Adultos no núcleo de Goytacazes, distrito de Campos.

Depois de um estafante dia de trabalho, entre o calor do forno e o vento, vai o Sr. Geraldo para a escola, onde irá saciar sua sede de saber e onde lhe serão ministrados os ensinamentos que lhe permitirão abrir as portas do mundo letrado. A leitura lhe dá mais segurança e a certeza de que poderá transpor, com mais facilidades, os obstáculos que se lhe apresentarem.

Invocamos a inspiração do Thiago de Mello, transcrevendo trechos do seu poema "Canção Para os Fonemas de Alegria", que tem muito a ver com a vida do Sr. Geraldo:

Peço licença para soletrar,

a palavra ti-jo-lo, por exemplo,
e poder ver que dentro delas vivem
paredes, aconchegos e janelas,
e descobrir que todos os fonemas
são mágicos sinais que vão se abrindo,
constelação de girassóis gerando
em círculos de amor que de repente
estalam como flor no chão da casa.

O trecho da música "O Vento", de Dorival Caymmi, que a seguir se transcreve, retrata a realidade da vida dos pescadores, que diariamente saem em busca do peixe que lhes dá o sustento.

Vamos chamar o vento...
Vento que dá na vela,
Vento que vira o barco.
Barco que leva gente,
gente que pega o peixe,
Peixe que dá dinheiro.

Sr. Jorge, educando da Colônia de Pesca Grossa dos Fidalgos, interior de Campos dos Goytacazes, nos diz:

"Aqui na beira da lagoa ninguém morre de fome. Tendo disposição, vai pescá; e mesmo que traga só uns 5 kg de peixe, já dá pra comprar o feijão, a farinha e o arroz. Mas tem que ter disposição!"

Realmente, hão que ter não só muita disposição, mas também muita coragem para enfrentar as dificuldades, o acordar de madrugada, o grande esforço físico, as tempestades... Com chuva ou com sol, a luta diária não pode parar.

Os pescadores nos contam que os perigos são muitos. "Cobra pica, capivara ataca... e tem ainda o cachorro d'água que vive na lagoa e que nada correndo para as redes. Eu como só as cabeças de peixe."

Maior, porém, que o medo do cachorro d'água, mais forte que as tempestades, mais tenaz que a luta pela sobrevivência é o desejo de aprender a ler e a escrever. Aprender a ler para saírem da cegueira (como eles mesmos dizem) que os aprisiona na escuridão e os impede de entender o mundo de letras que os cerca.

I Encontro de Educação de Jovens e Adultos

Sala 7 - CIEP Gustavo Capanema

PEJ - Pequeno Relato de Nossa Experiência

Maré, um bairro criado por decreto em 1993, abrange quinze comunidades, todas de certa forma envolvidas com a história de sua origem: palafitas, pobreza, analfabetismo...

Nesse contexto encontramos muitos jovens analfabetos, uns nunca tiveram a oportunidade de estudar por motivos conhecidos pela sociedade. Outros, já ocuparam os bancos escolares por alguns anos e não obtiveram sucesso - foram expulsos do sistema sem chegar a dominar o código letrado.

Na realidade descrita acima, começamos a funcionar com o Projeto Educação Juvenil neste CIEP em 1985. O objetivo do trabalho a ser realizado por nós estava claro:

"O que se pretende não é apenas deflagrar um processo de alfabetização que leve a uma utilização consciente do código gráfico, mas formar entre os jovens, uma consciência crítica do mundo e da sociedade."

(O Livro dos Cieps - pág. 77)

Para alcançá-lo, nossa prática foi sendo construída no cotidiano. O hábito da reflexão coletiva, dos estudos teóricos, do confronto com a prática, da avaliação dos resultados e da observação atenta dos nossos alunos, sempre nos fizeram construir e reconstruir nosso trabalho na busca constante de uma maior eficiência.

Nesses onze anos de existência e resistência, vivemos diferentes momentos. Ora encontramos maior apoio do governo preocupado com a situação de ensino, ora fomos relegados a segundo plano, pois nossos alunos não se encontravam na "idade de escolarização obrigatória". Mas a cumplicidade e compromisso da equipe da Educação Juvenil (direção, professores e funcionários), foi indispensável para que em nenhum momento a estrutura do nosso trabalho fosse abalada. E, independente da opção política dos que governaram nossa cidade, a Educação Juvenil cresceu, ganhou a confiança da comunidade, conquistou seus alunos, fez parcerias.

Nossa escola, desde 1994, tem como uma de suas grandes parcerias a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Através desta parceria nossos alunos das quatro turmas têm, semanalmente, em nosso laboratório, aulas de computação. São acompanhados nestas aulas por monitores da UFRJ (alunos do curso de engenharia) e pelo professor da turma. Não temos compromisso com a profissionalização nesta área, mas sim de fornecer aos alunos conhecimentos básicos de computação e facilitar o processo de aprendizagem dos conteúdos curriculares, utilizando os recursos do computador. Para que isso se efetive, os monitores e professores discutem e avaliam juntos a programação do curso, buscando integrar as atividades da sala de aula com as realizadas no laboratório.

Para ampliar as experiências vividas por nossos alunos na escola e, apesar das dificuldades para conseguirmos profissionais, temos como prioridade oferecer Educação Física e a Sala de Leitura no horário da noite. Para isso, na organização geral da escola, garantimos

uma carga horária dos professores destas áreas para a EJ. As aulas de Educação Física acontecem semanalmente e, este ano, enfocam o futebol, a ginástica, a capoeira. Além disso, nosso professor ensina o jogo de xadrez, que vem a ser, segundo ele, "o exercício do intelecto". Nossos alunos adoram essas aulas e consideramos que temos atingido os objetivos propostos:

"Através das atividades desenvolvidas nesta área, promove-se a formação do espírito de solidariedade, liderança e auto-estima entre os alunos, de forma integrada ao trabalho efetuado nas demais áreas do conhecimento".

(O Livro dos Cieps - pag. 81)

A Sala de Leitura desenvolveu o processo de elaboração de um jornal escolar. Este jornal foi feito pelos e para os alunos. O resultado final (a edição do jornal) despertou a atenção e curiosidade, alimentou a auto-estima positiva dos jovens.

Visando a integração de nossos alunos, realizamos festas bimestrais onde todos da EJ se encontram, dançam, brincam, falam de suas alegrias, conhecem os familiares de seus colegas de escola. Estas festas são esperadas e muito curtidas. Além disso, lembramos que nossos alunos estão inseridos numa escola que funciona desde as 7:30h da manhã, e que, nela, os diversos atores (professores, alunos, funcionários, pais) nem sempre se encontram. Aproveitamos todas as oportunidades para estarmos juntos com a escola e apresentar nosso trabalho. Assim, na festa junina montamos uma barraca, apresentamos uma quadrilha, coordenamos o correio do amor. Já na festa da primavera dançamos o Funk, falamos de nossa história, jogamos capoeira. Toda a escola precisa conhecer e valorizar os jovens que, apesar de tantas dificuldades, se encontram todas as noites na busca da construção do seu saber.

Mas a integração não se faz só nos momentos de festa. Participamos ativamente das campanhas e projetos da escola. Este ano a proposta é reciclar todo o lixo produzido pelas famílias, uma idéia vendida pelos "Loucos Varridos" e comprada por nós. Logo, os jovens da EJ também trazem suas latas, plásticos, papéis e se envolvem na intenção de deixar nosso mundo mais limpo, mais verde e mais saudável.

Um outro assunto que vem despertando a atenção de nossa escola é a questão da violência. Violência essa que não se dá apenas em comunidades de baixa renda e nem se caracteriza só pela agressão física. Violência no seu sentido amplo: violência no trânsito, contra a saúde do cidadão, contra as crianças que vivem nas ruas sem casa, escola, alimento... Existem muitas formas de violência e a escola não pode ficar alheia a esta questão que fere os direitos do cidadão. Pensando nisso, desenvolvemos o projeto "Paz e Alunos". Diferentes atividades foram programadas pelos professores e desenvolvidas com os alunos. Essas atividades do projeto estão presentes em todas as áreas do conhecimento e são trabalhadas na sala de aula, na Educação Física, na Sala de Leitura. Ainda falando de violência, vale ressaltar que a situação de perigo constante que vivemos em nossa comunidade, perigo aqui traduzido pelas guerras de quadrilhas e investidas da polícia, tem tornado a Maré uma área de grande risco. Isto interfere diretamente no funcionamento da nossa escola. Alguns alunos não podem estudar por serem moradores de comunidades chefiadas por quadrilhas rivais e, muitas vezes, nossas aulas são prejudicadas pelo início de conflitos. No último COC de 1995, nossos alunos indignados, criticavam a situação:

"Eu critico os tiroteios que estão acontecendo."

“A violência tem prejudicado nossas aulas e nossas vidas”.

Mas nossa escola não pode parar. Ela é a única opção para dezenas de jovens que precisam estudar. Consideramos que a necessidade da existência da Educação Juvenil revela sérias distorções que o sistema educacional brasileiro vem sofrendo. Uma, é o fato de que para muitas crianças não existe a oportunidade de ocupar os bancos escolares na infância, ou porque precisam ingressar no mercado de trabalho ou, talvez, por não encontrarem vagas nas escolas ou ainda por não terem uma família presente, e em condições de assistir o crescimento dos seus filhos, oferecendo-lhe alimentação, saúde, educação. A outra, é que grande parte dos nossos alunos é resultado de uma escola de 1º grau que vem fracassando e que encontra, na reprovação das crianças, a saída para lidar com aquelas que não conseguem “aprender” os conteúdos “escolarmente valorizados”.

O PEJ atende a estes excluídos e aqueles que nem chegaram a ser incluídos no sistema educacional. Avaliamos que estas distorções precisam ser combatidas e modificadas. Mas o presente nos impulsiona a um trabalho que precisa ser feito já. Existem tarefas emergentes. Uma é representar o ensino regular, sua função, seu papel, a construção de uma prática competente que garanta o acesso e a permanência dos alunos na escola. Outra, é a cobrança das promessas apresentadas em campanhas eleitorais, que sempre colocam a educação como meta prioritária. E aquela diretamente ligada ao nosso trabalho: o presente nos sinaliza que muitos alunos, jovens e adultos, precisam de uma escola alternativa que os respeite e invista na sua formação, enquanto cidadão crítico e participativo. Esta é a tarefa para a qual nos propomos, ela está impregnada de intencionalidade e afeto. No dia em que todas as crianças estiverem dentro das escolas e, vivendo com prazer e sucesso sua experiência escolar, talvez aí, a Educação Juvenil possa surgir apenas como uma opção de escola noturna de qualidade.

Flora Prata Machado

I Encontro de Educação de Jovens e Adultos

Sala 7: Equipes dos CIEP Graciliano Ramos e CIEP Gustavo Capanema

A História do PEJ no CIEP Graciliano Ramos

Até 1992, o trabalho de educação juvenil desenvolvido no CIEP Graciliano Ramos, não possuía nível teórico e prático condizente com os pressupostos do Programa de Educação Juvenil - PEJ, desenvolvido no Município do Rio de Janeiro. Faltava uma identidade no que se referia à dinâmica professor-aluno-escola-ensino-realidade social.

A clientela, formada por pessoas provenientes de diversas comunidades próximas ao CIEP (Dique, Ficap, Beira-Rio, Renascer, Acari, Pavuna, Parque Colúmbia, Vigário Geral, Parada de Lucas, além do próprio Jardim América) era, e continua sendo até hoje, bastante heterogênea.

Observava-se, em muitos dos aspirantes a uma vaga na escola, a falta de autoconfiança, gerada, principalmente, pelas constantes dificuldades por que passam durante a vida, pelas experiências anteriores de insucesso escolar, e pela questão da violência nas suas comunidades, fator interferente, inclusive, na questão de frequência às aulas.

A realidade encontrada confrontava-se com valores e cultura dos professores, adquiridos nos diversos anos de experiência atuando na Rede Pública de Ensino.

Questões foram levantadas, então, no sentido de se determinar as verdadeiras expectativas, em nível de corpo docente e discente, considerando-se a realidade existente dos alunos matriculados no CIEP Graciliano Ramos.

A partir dessa reflexão, iniciou-se um trabalho que, através do planejamento participativo, buscava estreitar a relação entre escola, conhecimento e vida. A estruturação deste trabalho evoluiu no decorrer dos anos, até chegar a forma que é, resumidamente, apresentada a seguir.

Começamos o ano escolar trabalhando com temas integradores, que viabilizem a prática da interdisciplinaridade, estabelecendo a conexão entre o conhecimento escolarizado e o mundo.

A cada mês trabalhamos com um tema diferente, que funciona como "fio condutor", por onde passa toda a dinâmica do dia-a-dia escolar. Os temas mantêm, entre si, relação de complemento e desdobramento diário. A escolha dos temas é feita em função das questões em maior evidência da realidade geral e particular dos alunos.

Como parte integrante no desenvolvimento dos temas, tem-se: palestras, apresentação de vídeos, oficinas-sensibilização, ioga, culminâncias, celebrações, feiras, enfim, aos alunos é colocada uma série de situações que auxiliam na construção individual e coletiva do conhecimento.

Enfatiza-se a produção de textos (blocos I e II) e investimos na oralidade do aluno.

A sistematização do trabalho é feita considerando-se, além do plano de curso e do quinzenal, outros elementos, tais como: a ficha de entrevista - realizada no ato da matrícula, a ata do COC - registro coletivo dos professores e alunos sobre o trabalho realizado ao final dos bimestres e a caderneta do aluno - documento de identificação escolar.

A avaliação está pautada na produção diária do aluno, observando-se o seu desempenho em nível formativo e informativo. Utiliza-se, para isto, a Ficha Desempenho - registro do desempenho do aluno ao final do bimestre e a Ficha de Auto-Avaliação - preenchida pelo aluno.

A capacitação pedagógica é obtida através de seminários promovidos pela Prof. orientador do PEJ, pela troca de experiências e planejamento quinzenal, quando discutem-se questões práticas e debatem-se textos. A P.O. subsidia o trabalho, procurando ser um elemento mediador, propondo um trabalho dinâmico, atualizado e criativo.

Com o objetivo de auxiliar os alunos na busca de seu espaço na sociedade, investindo na relação escola-sociedade, procura-se manter cadastros em diversas firmas e encaminhá-los para algumas instituições.

Por tudo isso, a escola passa a ser uma referência real na vida do aluno. Formando e informando-o, falando o que ele quer saber, surpreendendo o aluno, que chega à escola, esperando encontrar o modelo de educação em que ele se coloca apenas no papel de receptor (passivo) do conhecimento transmitido pelo professor (ativo).

A escola oferece ao aluno a possibilidade de resgatar o seu ser, a sua pessoa, tomando-o um elemento multiplicador da cidadania, passando a buscar dentro de si mesmo, a possibilidade de se transformar, de crescer e de partir em busca dos seus objetivos de vida.

I Encontro de Educação de Jovens e Adultos

Sala 8: Profª Maria Candida Caetano Gomes

Avaliação: um processo compartilhado

Maria Candida Caetano Gomes

“Refletir, avaliar, programar, investigar, transformar são especificidades dos seres humanos no e com o mundo.”

Paulo Freire

Uma das tarefas mais desafiadoras na ação educativa é o ato de avaliar.

Para que se avalia? Como se avalia? Qual a nossa finalidade ao avaliar? Para que educar?

Como ultrapassar a atitude solitária, autoritária do nosso poder de avaliar, para alcançar a construção da autonomia de nossos alunos?

Pensar a educação de jovens e adultos, excluídos não só do mundo letrado, implica em repensar a Escola. Em pensá-la como espaço de não exclusão. Uma escola que proponha um currículo interdisciplinar e metodologias adequadas, menos burocratizada, mais aberta à discussão das questões relacionadas ao controle disciplinar. A escola que valorize a responsabilidade do aluno, que construa com ele normas e regras, aberta a compreender seus valores, seus limites, sua cultura, apta a perceber o que se passa para além dos seus muros, onde a avaliação não seja seletiva, classificatória, a fim de propiciar sua permanência, sua aprendizagem.

Criar um espaço crítico, democrático, transformador.

Acreditar na capacidade do alfabetizando de aprender, de desenvolver sua curiosidade, de enfrentar desafios, de propor, de criticar, de refletir, de construir seu saber, de avaliar, de ser.

Permitir ao aluno avaliar o trabalho pedagógico, sugerindo intervenções ao planejamento, verbalizando a sua capacidade em observar, em captar a vida da instituição.

Cabe ao educador despertar no educando e exercitar, ele mesmo, o desejo de mudança, o envolvimento, o compromisso com o coletivo e, neste processo de construção coletiva, o ato de avaliar tem a função de pensar, repensar, construir, desconstruir a prática. De diagnosticar e apontar caminhos.

No cotidiano da equipe pedagógica, no avaliar / reavaliar, discutimos, dividimos as dificuldades, encontramos caminhos para problemas casuais, fortalecemos o grupo, compartilhamos conhecimentos, angústias, experiências, soluções, organizamos o trabalho para outro dia. O cotidiano, seja da vida escolar, seja da realidade vivida pelo aluno, permeia as mudanças necessárias.

Na avaliação participativa, continuada, compartilhada, analisamos o como estamos indo, todos nós, segmentos que compomos a comunidade escolar, ao invés de, nós, educadores, esperamos mudanças unilaterais, só por parte dos alunos. A avaliação, um diálogo franco, revelará um plano de ação conjunta.

É preciso discutir critérios, explicitar os objetivos e a metodologia adotada, cuidar dos instrumentos avaliativos, contextualizar resultados, ouvir e ser ouvido, refletir com os alunos o que está sendo feito com eles, falar com.

A opinião, a fala daquele a quem se destina a aprendizagem, para além do ler e escrever, é reveladora para a transformação e aperfeiçoamento da instituição escola. Esta escola que ainda configura a esperança de "estudar para ser alguém" revelada por nossos meninos, jovens e adultos, ao nela ingressarem pela primeira vez, ou a ela retornarem, fora do tempo regular de escolarização - muitas das vezes foi essa mesma Escola que os excluiu.

São migrantes nordestinos, meninos e meninas de rua ou na rua, moradores de comunidades de favela, domésticas, balconistas, porteiros, faxineiros, trabalhadores informais, biscateiros, desempregados. Na maioria são negros, são pais e mães quando ainda era hora de serem só ser filhos, são gente.

Trazem consigo a baixo-estima, o fracasso, a desconsideração, a exclusão social, a discriminação.

Ser parte do processo de aprendizagem, ter vez e ter voz é sentir esse processo, agora, com lógica, valorizado, estimulante, prazeroso.

"A avaliação, na perspectiva de uma pedagogia libertadora, é uma prática coletiva que exige a consciência crítica e responsável de todos na problematização das situações."

Jussara Hoffmann

O Conselho de Classe é o momento do balanço. Momento importante, solene, da instituição.

Nesta concepção de avaliação, o Conselho de Classe é Integrado. Nele todos participam: direção, professores, alunos, funcionários de apoio (serventes, merendeiras, inspetores), funcionários administrativos, responsáveis, instituições parceiras da escola.

Aqui o aluno não vem para ouvir sentença, para só ser objeto de análise. Aqui ele é sujeito.

É oportuno lembrar como, ainda hoje, em muitas de nossas escolas, talvez a maioria delas, os Conselhos de Classe constituem-se num ato solitário, em que só quem acredita deter o saber, avalia.

No ritual mais formal, bimestral do Conselho de Classe Integrado, a competência técnica, a autoridade do educador é preservada sem, no entanto, impedir as outras autorias, os outros saberes. Cada um, no seu papel, na sua função, em co-autoria com o processo de

aprendizagem, exerce o seu poder. Tem a mesma oportunidade, exercida com igualdade direitos e deveres. Aqui todos são responsáveis pelo encaminhamento do processo educativo. Processo este que revela uma educação intermediada pela afetividade, pelo resgate da auto-estima, onde todos avaliam e todos são avaliados.

Avalia-se a Escola, a turma, avalia-se cada um em particular...

Como vem sendo conduzido o trabalho pedagógico dessa Instituição? O que os educadores estão aprendendo? Que prazer encontram nessa aprendizagem? O que farão com os conhecimentos aprendidos?

Educar para quê?

Para fazer perceber que a construção do processo democrático envolve a participação de todos.

Que é preciso caminhar junto, construindo, exercendo a Cidadania.

Repensar o processo de avaliação é repensar, também, o projeto pedagógico da escola.

É não ter medo de propor, de mudar, de ousar na busca de uma educação democrática, de qualidade para crianças, jovens e adultos.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- BAKHTIN, MIKHAIL. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. HUCITEC, S.P., 1988.
- BARBOSA, JOSÉ JUVÊNCIO. *Alfabetização e Leitura*. São Paulo. Cortez, 1990 (COLEÇÃO FORMAÇÃO DO MAGISTÉRIO 2º GRAU, V. 16)
- BARBOSA, SEVERINO ANTONIO E AMARAL, EMÍLIA - *Escrever é Desvendar o Mundo; A linguagem criadora e o pensamento lógico*. CAMPINAS. S.P., PAPIRUS, 1986.
- BETTELHEIM, BRUNO. *A Psicanálise dos Contos de Fada*. R. J., PAZ E TERRA, 1980.
- _____, BRUNO e ZELAN, KAREN. *Psicanálise e Alfabetização*. PORTO ALEGRE. ARTES MÉDICAS, 1987.
- BRAGIO, SILVIA LÚCIA BEGONJAL. *Leitura e Alfabetização: da concepção mecanicista à sócio psicolingüística*, PORTO ALEGRE. ARTES MÉDICAS.
- CAGLIARI, LUIZ CARLOS. *Alfabetização e Lingüística*. S.P., 1992 SCIPIONI, 1989.
- CARRAHER, TERESINHA NUNES (org) *Aprender pensando Contribuições da Psicologia Cognitiva para a Educação*. PETRÓPOLIS, VOZES, 1986.
- _____, TERESINHA et alii. *Na vida dez na Escola zero*. S.P. CORTEZ, 1988.
- DOLEE, TEAN MARIE. *Para compreender Jean Piaget - uma iniciação à psicologia genética piagetiana*. R.J., ZAHAR, 1978.
- FARIA, M^ª ALICE DE OLIVEIRA. *O Jornal na Sala de Aula*. S.P. CONTEXTO, 1989. (COLEÇÃO PENSANDO A LÍNGUA PORTUGUESA).
- FERREIRA, EMÍLIA. *Com todas as letras*. S.P., CORTEZ, 1993.
- _____, EMÍLIA. *Alfabetização em processo*. PORTO ALEGRE. ARTES MÉDICAS, 1986.
- _____, EMÍLIA e TEBEROSKY, ANA. *Psicogênese da linguagem escrita*. PORTO ALEGRE, ARTES MÉDICAS, 1986.
- FERREIRO, EMÍLIA (org) *Os filhos do analfabetismo*. PORTO ALEGRE, ARTES MEDICAS, 1990.
- FERREIRA, NILDA TEVES. *Cidadania: uma questão para a educação*, RJ, NOVA FRONTEIRA, 1993.

- FOUCAMBERT, JEAN. A leitura em questão. PORTO ALEGRE. ARTES MÉDICAS, 1994.
- FREINET, CÉLESTIN. O Jornal Escolar. EDITORIAL ESTAMPA, 1974.
- FREIRE, PAULO. Professora sim, tia não. S.P., OLHO D'ÁGUA, 1995.
- _____, PAULO. A importância do ato de ler, em três artigos que se complementam - S.P. CORTEZ, 1994.
- _____, PAULO. A pedagogia da esperança. PAZ E TERRA, 1992.
- _____, PAULO. Política e educação. S.P. CORTEZ, 1995 (COLEÇÃO QUESTÕES DA NOSSA ÉPOCA V. 23)
- _____, PAULO E BETTO FREI. Essa Escola chamada vida. S.P. ÁTICA, 1988.
- _____, PAULO. À sombra desta mangueira. S.P., OLHO D'ÁGUA, 1995.
- GÓES, MARIA CECILIA RAFAEL DE e SMOKA, ANA LUIZA BUSTAMANTE (org). A linguagem e o outro no espaço escolar. S.P. PAPIRUS, 1993.
- GERALDI, JOÃO WANDERLEY (org) O texto na sala de aula: leitura e produção. CASACAVEL, ASSOESTE, 1984.
- FUCK, IRENE TEREZINHA. Alfabetização de Adultos - relato de uma experiência construtivista. GEEMPA, VOZES, 1993.
- HOFFMANN, JUSSARA. Avaliação: mito e desafio - uma perspectiva construtivista. Porto Alegre, R.S., Educação Realidade, 1992.
- KAMII, CONSTANCE. A criança e o número - Implicações da teoria de Piaget para a atuação junto a escolares de 4 a 6 anos. CAMPINAS, PAPIRUS, 1985.
- KAMII, CONSTANCE e DEURIES, RETHA. O conhecimento físico na educação pré-escolar - implicações da teoria de Piaget. CAMPINAS, PAPIRUS, 1993.
- KAMII, CONSTANCE. Aritmética: novas perspectivas implicações da teoria de Piaget. CAMPINAS, PAPIRUS, 1993.
- KAMII, CONSTANCE e LIVINGSTON, SALLY JONES. Desvendando a aritmética. CAMPINAS, PAPIRUS, 1993.
- KLEIMAN, ANGELA. Oficina de leitura: teoria e prática. CAMPINAS, S.P. PONTES: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- KLEIMAN, ANGELA. Texto e Leitor: aspectos cognitivos da leitura. CAMPINAS. S.P., PONTES, 1989. (Linguagem-ensino).

- _____, ANGELA (org) Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. CAMPINAS, S.P. MERCADO DAS LETRAS, 1995.
- KAUFMAN, ANA MARIA e RODRIGUES M^ª HELENA. Escola, leitura e produção de textos. ARTES MÉDICAS, 1995.
- LEME, DULCE M^ª CAMARGO, HÄOFLING, ELOISA DE MATTOS, ZAMBONI ERNESTA E BALZAN, NEWTON CESAR, O ENSINO DE ESTUDOS SOCIAIS. Série Viagens pela Geografia. ÁTICA.
- LEMLE, MIRIAM. Guia teórico do Alfabetizador. Ed. Ática.
- OLIVEIRA, MARTA KOHL DE. Vigotsky - Aprendizado e Desenvolvimento - Um processo histórico. SÉRIE PENSAMENTO E AÇÃO NO MAGISTÉRIO. ED. SCIPIONE.
- ORLANDI, ENI PULCINELLI. Discurso e Leitura. CORTEZ, S.P., 1988.
- ORLANDI, ENI PULCINELLI. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. CAMPINAS, S.P. PONTES, 1987.
- RAPPAPORT, CLARA et alii. Psicologia de desenvolvimento. S.P., E.P.U., 1981/1982 - 4 volumes.
- RODARI, GIANNI. Gramática da Fantasia. S.P., SUMMUS, 1982.
- SALVADOR, CÉSAR COLL. Aprendizagem escolar e construção do conhecimento. PORTO ALEGRE, ARTES MÉDICAS, 1994.
- SMITH, FRANK. Compreendendo a leitura. PORTO ALEGRE, ARTES MÉDICAS, 1989.
- SMOLKA, ANA LUIZA BUSTAMANTE. A criança na fase inicial da escrita. S.P., CORTEZ, 1989.
- SOARES, MAGDA BECKER E CAMPOS, EDSON NASCIMENTO. Técnicas de redação: As articulações lingüísticas como técnicas de pensamento, CAMPOS, R.J., 1978.
- _____, MAGDA, BECKER. Linguagem e Escola: uma perspectiva social, S.P., ÁTICA, 1995 (Série Fundamentos).
- JOLIBERT, JOSETTE E COLABORADORES. Formando crianças leitoras. PORTO ALEGRE. ARTES MÉDICAS, 1994.
- _____, JOSETTE E COLABORADORES. Formando crianças produtoras de textos, PORTO ALEGRE, ARTES MÉDICAS, 1994.

TEBEROSKY, ANA e CARDOSO, BEATRIZ. Reflexões sobre o ensino da leitura e da escrita. S.P., TRAJETÓRIA CULTURAL, 1989.

TFOUNI, LEDA VERDIANI. Letramento e alfabetização, S.P., CORTEZ, 1995 (Coleção questões de nossa época; V. 47).

VESENTINI, JOSÉ WILLIAM, A nova ordem mundial. ÁTICA, S.P., 1995.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. S.P. MARTINS FONTES, 1987.

VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente. S.P. MARTINS FONTES, 1991.

ZILBERMAN, REGINA E SILVA, EZEQUIEL THEODORO DA (org) Leitura: Perspectiva interdisciplinares, S.P., ÁTICA, 1988 - Série Fundamentos.

Organização: Maria Luiza C. Benício - Programas Sociais - SME/RJ.

Wania Passos - Projeto de Educação Infantil e Alfabetização - SME/RJ